

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Eduarda Magagnin De Conto

**A ATUAÇÃO DAS MULHERES NO MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO NACIONAL
SUL-AFRICANO: UMA ANÁLISE DA VIOLÊNCIA NOS CARTAZES**

Santa Maria, RS
2023

Eduarda Magagnin De Conto

**A ATUAÇÃO DAS MULHERES NO MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO NACIONAL
SUL-AFRICANO: UMA ANÁLISE DA VIOLÊNCIA NOS CARTAZES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Relações Internacionais, da
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM,
RS), como requisito parcial para obtenção do
título de **Bacharel em Relações
Internacionais.**

Orientador: Prof. Dr. Igor Castellano Da Silva.

Santa Maria, RS
2023

Eduarda Magagnin De Conto

**A ATUAÇÃO DAS MULHERES NO MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO NACIONAL
SUL-AFRICANO: UMA ANÁLISE DA VIOLÊNCIA NOS CARTAZES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Relações Internacionais, da
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM,
Internacionais. RS), como requisito parcial
para obtenção do título de **Bacharel em
Relações Internacionais**.

Aprovado em

Igor Castellano Da Silva, Dr. (UFSM)
(Presidente/Orientador)

Analucia Danilevycz Pereira, Dra. (UFRGS)

Bruno Hendler (UFSM)

Santa Maria, RS
2023

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço à minha família por ter me incentivado e colaborado com todos os meios para que eu estivesse aqui, na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), fazendo o curso que escolhi em um espaço privilegiado de troca de saberes e experiências as quais eu jamais imaginaria ter passado.

Agradeço a todos os professores e professoras do curso de Relações Internacionais da UFSM. Ao Prof. Thomaz pôr nas primeiras aulas de Introdução às Relações Internacionais me fazer ter questionado os conceitos prontos que vinham encaixotados desde o ensino médio. Questionamentos estes que se aprofundaram e encontraram força crítica e de persistência ao longo de minha formação e especialmente nas áreas de Segurança Internacional, História das Relações Internacionais e Estudos de Gênero. Aqui menciono e agradeço à três grandes mestres que contribuíram para o meu amadurecimento acadêmico: Prof. Igor Castellano Da Silva, Profa. Mariana Selister Gomes e Prof. Bruno Hendler.

Também agradeço imensamente aos meus colegas de curso e de caminhada (e corrida) da UFSM. Com carinho agradeço às meninas do “Grilo”, Giovanna, Helena, Júlia e Carol por todos os momentos que vivemos juntas e nos tornaram mulheres admiráveis e acima de tudo autênticas para nós mesmas. Outro agradecimento vai para a galera do “Metidos do 42”, Pop, Júlia, Ale e Gi, obrigada por nossas vivências e almoços no RU, vocês tornam tudo isso uma grande experiência. Agradeço, ainda, à família do “Rino Roxo”, a Atlético Anárquica, a qual fiz parte desde a sua formulação junto ao Patrick e ao Jonathan. Obrigada por todos/as que acreditaram e acreditam no poder de transformação do esporte e da integração, e especialmente àqueles que contribuem voluntariamente e com alegria para o fortalecimento desses canais. Obrigada mais que especial ao Esporte Universitário e ao Grupo de Corrida da SATIE/PRAE, vocês tornaram minha passagem pela UFSM mais leve e prazerosa, em especial um agradecimento à treinadora Gisele que me ajudou a descobrir um amor pela corrida inexplicável.

Ao GIDH, agradeço pelas formações, encontros e discussões que me fizeram abrir o olhar das Relações Internacionais, do qual parte deste trabalho faz parte. A rede de apoio feminista me impulsionou a conhecer e estudar a construção do conhecimento a qual me apaixono cada dia mais. Sem mais delongas, agradeço a

todos aqueles que de alguma maneira contribuíram para minha formação como internacionalista.

“Enquanto o leão não começar a escrever, a
história sempre vai ser contada pelo caçador”
(Provérbio Africano).

RESUMO

A ATUAÇÃO DAS MULHERES NO MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO NACIONAL SUL-AFRICANO: UMA ANÁLISE DA VIOLÊNCIA NOS CARTAZES

AUTORA: Eduarda Magagnin De Conto

ORIENTADOR: Igor Castellano Da Silva

Os movimentos de libertação nacional (MLN) fazem parte de um importante processo social organizado em prol da liberdade e institucionalização da nação. Esse trabalho pretende analisar e discutir, a partir de lentes feministas pós-coloniais, qual foi a atuação das mulheres neste processo, observando como houve uma articulação mobilizadora especialmente na África do Sul. Para além disso, visando se apropriar de uma análise crítica, busca-se observar como o conceito de violência pode ser visto criticamente dentro do contexto terceiro mundista e das relações de poder e dominação perante o Norte e o Sul global. A hipótese do trabalho é de que a relação emancipatória do uso da violência pode ser observada nos movimentos sociais organizados que compõem e articulam os MLN africanos. Isto porque visualiza-se a violência não só como parte de opressão e subordinação ao Outro, mas também como uma forma de luta e resistência à violência colonialista. Sendo assim, os movimentos sociais que compõem o movimento de libertação nacional, em especial o Congresso Nacional Africano (CNA) compõe um movimento plural em suas diferentes interpretações de resolução, as quais refletem nos objetivos finais destes. O estudo justifica-se pelo potencial inovador no uso de uma perspectiva crítica e feminista, buscando ampliar o olhar interdisciplinar das Relações Internacionais. Dessa maneira, será feito um estudo de caso que visa examinar o caso sul-africano, em especial o CNA, a fim de confirmar ou não a hipótese acima mencionada. Para isso, faz-se uma revisão bibliográfica histórica sobre o contexto de independência na África Austral, em especial na África do Sul, analisando os condicionantes internos organizacionais dos movimentos. Posteriormente, faz-se uma Análise de Discurso tendo como fontes primárias os cartazes de articulação tanto do CNA, como de seu braço armado Umkhonto we Sizwe (MK) a fim testar a hipótese central do trabalho, averiguando sua relação com o conceito de violência e de emancipação em uma perspectiva crítica.

Palavras-Chave: Segurança; Violência; Gênero; Movimentos de Libertação Nacional; Pós-colonialismo.

ABSTRACT

WOMEN'S ROLE IN THE SOUTH AFRICAN NATIONAL LIBERATION MOVEMENT: AN ANALYSIS OF VIOLENCE IN POSTERS

AUTHOR: Eduarda Magagnin De Conto

ADVISOR: Igor Castellano Da Silva

The national liberation movements (NLM) are part of an important organized social process for the freedom and institutionalization of the nation. This work aims to analyze and discuss, from a post-colonial feminist perspective, the role of women in this process, examining how there was a particularly mobilizing articulation in South Africa. Furthermore, seeking to embrace a critical analysis, it seeks to explore how the concept of violence can be critically viewed within the third world context and power relations and domination between the Global North and South. The hypothesis of the work is that the emancipatory relationship with the use of violence can be observed in the organized social movements that constitute and articulate African NLMs. This is because violence is seen not only as a part of oppression and subordination to the Other but also as a form of struggle and resistance against colonial violence. Thus, the social movements that make up the national liberation movement, especially the African National Congress (ANC), constitute a diverse movement in their different interpretations of resolution, which reflects in their ultimate goals. The study is justified by its innovative potential in using a critical and feminist perspective, seeking to broaden the interdisciplinary outlook of International Relations. In this way, a case study will be conducted to examine the South African case, especially the ANC, to confirm or refute the aforementioned hypothesis. For this purpose, a historical bibliographic review will be conducted on the context of independence in Southern Africa, especially in South Africa, analyzing the internal organizational determinants of the movements. Subsequently, a Discourse Analysis will be carried out, using primary sources such as posters from both the ANC and its armed wing Umkhonto we Sizwe (MK), to test the central hypothesis of the work, examining its relationship with the concepts of violence and emancipation from a critical perspective.

Keywords: Security; Violence; Gender; National Liberation Movements; Postcolonialism.

RESUMEN

LA PARTICIPACIÓN DE LAS MUJERES EN EL MOVIMIENTO DE LIBERACIÓN NACIONAL SUDAFRICANO: UN ANÁLISIS DE LA VIOLENCIA EN LOS CARTELES

AUTOR: Eduarda Magagnin De Conto

TUTOR: Igor Castellano da Silva

Los Movimientos de Liberación Nacional (MLN) forman parte de un importante proceso social organizado en favor de la libertad y la institucionalización de la nación. Este trabajo tiene como objetivo analizar y discutir, desde una perspectiva feminista poscolonial, la participación de las mujeres en este proceso, observando cómo hubo una articulación movilizadora, especialmente en Sudáfrica. Además, con el propósito de realizar un análisis crítico, se busca observar cómo se puede ver críticamente el concepto de violencia dentro del contexto del Tercer Mundo y de las relaciones de poder y dominación entre el Norte y el Sur global. La hipótesis del trabajo es que la relación emancipadora del uso de la violencia puede observarse en los movimientos sociales organizados que componen y articulan los MLN africanos. Esto se debe a que se visualiza la violencia no solo como parte de la opresión y subordinación al Otro, sino también como una forma de lucha y resistencia contra la violencia colonialista. Por lo tanto, los movimientos sociales que forman parte del movimiento de liberación nacional, en particular el Congreso Nacional Africano (CNA), conforman un movimiento plural en sus diferentes interpretaciones de resolución, que se reflejan en sus objetivos finales. El estudio se justifica por su potencial innovador en el uso de una perspectiva crítica y feminista, buscando ampliar la mirada interdisciplinaria de las Relaciones Internacionales. De esta manera, se realizará un estudio de caso que tiene como objetivo examinar el caso sudafricano, especialmente el CNA, para confirmar o refutar la hipótesis mencionada anteriormente. Para ello, se lleva a cabo una revisión bibliográfica histórica sobre el contexto de independencia en África Austral, especialmente en Sudáfrica, analizando los condicionantes internos organizativos de los movimientos. Posteriormente, se realiza un Análisis de Discurso utilizando como fuentes primarias los carteles de articulación tanto del CNA como de su brazo armado, Umkhonto we Sizwe (MK), con el fin de poner a prueba la hipótesis central del trabajo y examinar su relación con el concepto de violencia y emancipación desde una perspectiva crítica.

Palabras clave: Seguridad; Violencia; Género; Movimientos de Liberación Nacional; Poscolonialismo.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Crescimento do PIB sul-africano de (1963-2015) em bilhões de dólares.....	16
FIGURA 2 - Mapa da Colonização Africana.....	39
FIGURA 3 - Mapa da Rota de Vasco da Gama.....	46
FIGURA 4 - Representação Epistemologia AD.....	63
FIGURA 5 - Montagem de Cartazes do CNA e da Liga de Mulheres.....	64
FIGURA 6 - Montagem de Cartazes CNA e Liga das Mulheres.....	66
FIGURA 7 - Montagem de Cartazes: Luta e Resistência.....	67
FIGURA 8 - Cartaz do Braço Armado MK.....	69

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Principais Movimentos de Libertação Nacional (MLN) Violentos da África Austral.....	36
TABELA 2 - Principais Guerras de Independência na África, acima de mil mortos (1952-atualidade).....	37
TABELA 3 - Independências na África Austral.....	42

LISTA DE SIGLAS

CNA	Congresso Nacional Africano
MLN	Movimentos de Libertação Nacional
TFPC	Teoria Feminista Pós-Colonial
MK	Umkhonto We Sizwe
UNCTAD	Conferência das Nações Unidas Sobre Comércio e Desenvolvimento
PIB	Produto Interno Bruto
SACU	União Aduaneira da África Austral
SADC	Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral
UA	União Africana
NEPAD	Nova Parceria para o Desenvolvimento Africano
ONU	Organização das Nações Unidas
IFP	Freedom Party
NP	Partido Nacional
FLN	Exército de Libertação Nacional
FEDSAW	Federação de Mulheres Sul-Africanas
CNAWL	Liga de Mulheres do Congresso Nacional Africano

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 DOS ESTUDOS DE SEGURANÇA INTERNACIONAL À TEORIA FEMINISTA PÓS-COLONIAL: UMA ABORDAGEM DA VIOLÊNCIA	25
2.1. OS ESTUDOS DE SEGURANÇA INTERNACIONAL E A AMPLIAÇÃO CONCEITUAL	25
2.2. OS ESTUDOS CRÍTICOS DE SEGURANÇA INTERNACIONAL E A VIOLÊNCIA	27
2.3. A TEORIA FEMINISTA PÓS-COLONIAL: UMA VISÃO DE COLONALIDADE E DE INTERSECCIONALIDADE	30
2.4. SÍNTESE DO CAPÍTULO	33
3 MOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO NACIONAL NA ÁFRICA	34
3.1. OS MOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO NACIONAL (MLN) AFRICANOS E A CONJUNTURA DA ÁFRICA AUSTRAL	34
3.2. O CASO DA ÁFRICA DO SUL: DO CONGRESSO NACIONAL AFRICANO (CNA) AO BRAÇO ARMADO UMKHONTO WE SIZWE (MK)	47
3.3. SÍNTESE DO CAPÍTULO	53
4 A ATUAÇÃO DAS MULHERES NOS MOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO NACIONAL AFRICANOS E SUL-AFRICANO	54
4.1. OS MOVIMENTOS ORGANIZADOS DE MULHERES NA ÁFRICA DO SUL E SUA TRANSNACIONALIDADE	55
4.2. DO CONGRESSO NACIONAL AFRICANO (CNA) AO UMKHONTO WE SIZWE (MK): ANALISANDO A RELAÇÃO ENTRE VIOLÊNCIA E GÊNERO	59
4.3. O UMKHONTO WE SIZWE (MK) E A REPRESENTAÇÃO DA MULHER NOS CARTAZES	62
4.4. SÍNTESE DO CAPÍTULO	68
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	70
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	74

1 INTRODUÇÃO

A África do Sul é localizada no Sul do continente africano, na África Austral. Faz divisa com os países da Namíbia, Botsuana e Zimbábue ao norte, Moçambique e Essuatíni a leste, e com o Lesoto, que fica rodeado pelo território sul-africano. Sua localização privilegiada, faz com que tenha a sua costa banhada tanto pelo Oceano Índico quanto pelo Oceano Pacífico, o que o levou a ser uma das paradas dos viajantes rumo ao Oriente. O discurso, muito mais do que uma prática linguística, segundo Pinto “(...) o discurso (...) nada mais é do que o local onde estas práticas são materializadas na linguagem.” (1989, p. 19). As práticas referidas são as práticas sociais, fenômeno considerado inseparável das práticas linguísticas. Aqui, utiliza-se a AD de origem francesa, a qual busca a relação entre o discurso em seus diversos meios de linguagem e a sociedade. Preocupa-se, justamente, com a construção do objeto diante de um método de base estruturalista que mescla a linguística e a história.

O passado colonizador perpassa esse padrão de exploração de recursos naturais como o ouro e diamantes, isto porque apesar da luta de independência ter conseguido seu objetivo, as condicionantes estruturais violentas em suas mais distintas camadas ainda perpassam as dificuldades e desigualdades de dependência evidenciadas nos dias atuais, caso este que se aprofunda diante da categoria analítica de gênero. A África do Sul é caracterizada por ter sido um dos países em que o processo de colonização e descolonização até a independência teve suas peculiaridades, sendo marcado não só por grande opressão e subordinação colonial por meio de violência estrutural, mas também por vias de violência simbólica do Apartheid e diretamente sangrenta. Diferenças que até hoje fazem-se presentes nas estruturas sociais que tornaram-se um desafio para a consolidação de um Estado estável e equilibrado.

Para além do Estado, visto como elemento central nas análises da área de Relações Internacionais, aqui visa-se uma análise mais aprofundada dos movimentos socialmente organizados que compõem a luta de libertação e de emancipação anti-colonial, dando ênfase em como a violência foi usada como meio de autonomia no caso da mulheres.

Nesta monografia, visa-se dialogar com o avanço do debate teórico sobre Relações Internacionais, observando como o debate interdisciplinar foi sendo mais explorado e perspectivas críticas de uma leitura do mundo tomaram lugar importante na construção do conhecimento e do saber científico do Sul Global pelo Sul Global. Analisar as relações de poder entre o Norte e o Sul, especialmente dos países e povos não-ocidentais, ressaltando em como superar a subordinação e tomar ação por meio de movimentos anticoloniais faz parte de uma das premissas do Pós-Colonialismo e aqui, especificamente, aborda-se a atuação da mulher nos processos de articulação e concretização dos Movimentos de Libertação Nacional (MLN). Para tanto, leva-se em conta o conceito de violência em uma análise crítica que foge da concepção tradicional que a vê como um problema, mas para os estudos críticos e pós-coloniais ela é observada também no seu aspecto de emancipação e de libertação de uma violência maior, estrutural (ZIZEK, 2014). Ademais, a percepção feminista envolve tanto um metodologia de pesquisa quanto uma posição política da autora e de sua concepção de leitura do mundo, a qual influencia ativamente este trabalho.

Assim, toma-se os MLN como base de análise tanto para a atuação das mulheres quanto para uma avaliação crítica do conceito de segurança como emancipação. Levando-se em consideração o local, a África torna-se uma região interessante a ser estudada pelos movimentos mais tardios e também pelos inúmeros movimentos organizados. Assim, parte-se do pressuposto de que é importante analisar como a atuação da mulher e a violência se relacionam, detalhando além de sua participação, pautas e conquistas dessas mobilizações.

A presente pesquisa tem como tema os MLN africanos que contam com a atuação de mulheres, e busca uma maior compreensão da relação entre eles e a violência como mecanismo emancipatório, analisando criticamente a sua origem, desenvolvimento e consolidação.

O conceito de movimentos de libertação nacional pode ser considerado como mobilizações que visam romper com a dominação hierárquica de outra nação que detinha do poder sob o território. No contexto africano, a dominação colonial esteve presente institucionalmente na maioria dos países por um longo tempo, tendo uma onda marcante de independência em 1960 (VISENTINI et al, 2014). É interessante

observar que essa articulação de movimentos não é uníssona e leva em consideração diversas realidades e anseios. No caso da África do Sul observa-se como a luta de emancipação anti-colonial que conta com o agravante de fronteiras artificiais marcadas por conflitos. Sendo assim,

O Estado pós-colonial africano encontra-se, portanto, confrontado com uma tarefa praticamente impossível: operar a legitimação moderna do seu território pela construção rápida de uma nação que não corresponde em nada à realidade dos povos e identidades presentes no seu território. (CAHEN, 2006, p. 42).

Dessa forma, nota-se como o processo violento de opressão social e subordinação (SPIVAK, 1999). Aqui o conceito de violência é abordado a partir de uma visão crítica dando espaço para uma questão mais profunda que envolve por quem ela é feita e para quem dentro de um sistema complexo de desigualdades do Sistema Internacional. Para tal, admite-se uma violência sistêmica fundamental se sucedendo ao capitalismo, isto é, não uma violência puramente advinda do indivíduo em si, mas sim na interação entre a realidade social e o sistema produtivo (ZIZEK, 2014). Sendo assim, aqui, entende-se violência como fenômeno social que detona da ação emancipatória do indivíduo subordinado (BLUME, 1996; SPIVAK, 1999). Desse modo, o conceito de violência advém de uma perspectiva de que ela é parte agente da mudança social e política a qual é objeto deste estudo (KILBY e RAY, 2014).

Já o conceito de gênero confere uma divisão de análise crítica dentro de uma categoria relacional. Desde a construção do conceito, feita por Simone de Beauvoir (1960a e 1960b), a mulher já pode ser vista como “a outra”, ressaltando a construção do outro como outro (FANON, 2008). Segundo Kilomba (2019), essa relação de distanciamento da mulher que era vista como além “do outro” como “a outra” concebeu uma visão dada em um espaço contraído de apagamento e contradição, entre-discursos em um lugar não definido porém presente. Observando-se, assim, a estrutura além de colonial, “racista genderizada” do regime mais que segregacionista, opressor e violento, do Apartheid (KILOMBA, 2019).

Dessa forma, estrutura-se dentro de relações sociais e especialmente na área de Relações Internacionais deste estudo trata de discussões sobre feminilidade e masculinidade dentro da construção patriarcal do Estado (PATEMAN,

1993). Sendo assim, a dimensão de gênero é tratada neste trabalho como mais do que uma teoria científica, mas também como um movimento social organizado e protagonizado por sujeitos políticos com valores éticos feministas (GONZÁLES, 1988).

Nesta perspectiva, o conceito de interseccionalidade é utilizado como uma ferramenta teórico metodológica que permite com que raça, classe e gênero se articulem de maneira indissociável e não hierárquica diante da complexidade das relações sociais (CRENSHAW, 1989; COLLINS e BILGE, 2016). Assim, pontua-se como a violência sistemática perpassa por essas três variáveis demarcando um condicionamento estrutural outrora perpetuado pelo capitalismo e pela propriedade privada por meio do colonialismo e atualmente fazendo parte da colonialidade (LUXEMBURGO, 2015).

Por fim, o conceito de Segurança aqui abordado versa sobre mais do que uma dimensão instrumental, alcançando a segurança como meio para uma ação maior, aprofundando, aprimorando e direcionando os estudos para pensar a quem e a que o termo “segurança” se refere. (KRAUSE; WILLIAMS, 1997). Visa-se aqui estudar o vínculo securitário com a violência, em como é importante fazer uma análise que detenha um contexto histórico por meio do conhecimento socialmente construído (KRAUSE, 1998). Dessa forma, buscando a inclusão optou-se por uma visão dos Estudos Críticos de Segurança, especificamente provenientes da Teoria Crítica da Escola de Frankfurt e da Escola Galesa. Para eles o conceito de segurança segue intrinsecamente atrelado à emancipação, pois seria por meio dela que ocorre a libertação das estruturas violentas, pensando não somente no Estado como ator, mas também nos indivíduos. Logo, a emancipação é vista como um instrumento de libertação dos indivíduos das estruturas de poder dominantes e opressoras (BOOTH, 1991).

No sentido mais geral, a emancipação refere-se à libertação de uma entidade do controle, dependência, restrição, confinamento, restrição, repressão, escravidão ou dominação. Considera-se aqui, seis aspectos principais que envolvem a formação de um interesse coletivo, de uma identidade coletiva, da mobilização em prol de uma ação coletiva, na formação de um senso de soberania material e simbólica baseado na experiência de uma realidade compartilhada, isto é, uma

situação coletiva; e, finalmente, um projeto coletivo no qual os indivíduos visam defender ou mudar a sociedade ou a posição de um determinado grupo dentro dela (SUSEN, 2015). Sendo assim, o conceito de emancipação transmite a relação intrínseca entre discursos de emancipação e emergência de MLN com forças coletivas de transformação social e política.

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), em seu relatório Relatório Mundial em Violência e Saúde (2002), a definição de violência pode ser entendida como o:

Uso intencional da força física ou poder, ameaçado ou efetivo, contra a si mesmo, outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade, que resulte em ou tenha uma alta probabilidade de resultar em ferimentos, morte, dano psicológico, deformações ou privação. (KRUG et al, 2002, p. 5)

É interessante pontuar, contudo, que uma diferenciação mais clara do conceito de violência leva em consideração as suas consequências ou probabilidade de causar algum dano (GALTUNG, 1969, p. 171-172).

Nessa perspectiva, o conceito de violência optou-se por enunciar um dos livros de grande importância dentro da área de Ciência Política e de Política Internacional, o “Dicionário de Política” de Norberto Bobbio (1983). Neste livro, o conceito de violência é definido como uma intervenção que pode ser direta (física) contra um sujeito ou um grupo, ou ainda indireta (por meio de alguma mudança que afeta prejudicialmente um indivíduo). Uma distinção importante feita pelo autor é entre poder e violência. Enquanto o primeiro é condicionando como uma alteração um tanto consciente da vontade do outro, a violência é dada como uma alteração que provoca danos e muda as possibilidades e o estado dos corpos dos sujeitos. Sendo assim, a violência como ato de demonstração de poder pode servir como ameaça e também como base de manipulação (BOBBIO, 1983).

Outro importante marco da construção do conceito de violência é sua relação com o poder político. Já dizia Weber que o poder do Estado é verificado por meio da legitimidade (poder de dizer quando a força pode ser usada) e da dominação (aparece implicitamente dentro do reconhecimento de um grupo que domina) o que configura a busca pelo monopólio da violência (Weber, 1993, p. 56). Dessa maneira, instrumentalizou-se dentro das Relações Internacionais umas das

primeiras noções de violência por meio de uma concepção estadocêntrica do pensamento sobre poder. Contudo, a inserção plena deste conceito, relacionando não só o seu controle, mas também o seu domínio, a ampliação de seu escopo de compreensão e a mensuração, vem da sua definição como objeto elementar da segurança. Sendo que os debates da sociologia e da política contribuíram para a ampliação da discussão dentro dos Estudos de Segurança Internacional (ESI). Neles é possível discutir a violência por meio da ameaça, da proteção, da sobrevivência e das relações de poder na política internacional.

Quando situamos o conceito de violência é interessante retomar uma construção teórica da área de Relações Internacionais (RI), a qual centra o seu debate inicial em estudos sobre a guerra e sobre a paz, sem necessariamente abordar a violência como ponte e parte atuante dos processos, sejam eles em grande (Norte-Sul Global) ou pequena escala (regional e local) (ROQUE, 2016). Percurso esse que foi desde o princípio um desenvolvimento marginal, no sentido de que cresceu não tendo uma área de estudo específica, mas sim sendo incorporado às análises de Estudos da Paz e Estudos de Segurança Internacional em seu teor político, não mencionando a raiz social de (in)seguranças diante de (im)possibilidades que detonam formas de resistência e luta diante da reprodução da violência e da dominação. Assim, dando um enfoque no âmbito das RI, observa-se como a análise figura-se muito mais no ambiente da política internacional diante da distribuição de poder dentro do sistema e da legitimação deste.

Uma leitura superficial da violência dentro das correntes teóricas de Relações Internacionais pode ser ilustrada da seguinte maneira. Para autores de correntes realistas, como Carr (2001) e Waltz (1979), a violência no sistema internacional é vista como desejável, pois dentro de uma lógica anárquica das RI, onde há uma ameaça constante à sobrevivência, a violência torna-se uma parte integrante natural do sistema de relações de poder entre Estados, ainda que amplamente evitável. Já Wendt (1992), contando com uma lógica mais construtivista do conceito de violência o insere dentro de padrões de inimizade, amizade e rivalidade subjetivos, onde a co constituição entre agente e estrutura depende da relação entre unidades do sistema e isto influencia diretamente no quanto a violência é permitida ou não. Por último, a

Teoria Crítica e pós-positivista rompe totalmente com o Estado sendo o único agente do conceito de violência e abre espaço para analisar as complexidades e as (in)seguranças que envolvem os indivíduos.

Além disso, vindo de uma perspectiva tradicional de leitura da violência, o monopólio desta é vinculado a menos guerras e conflitos, tendo assim uma análise puramente negativa do conceito. Porém, quando observa-se por meio de uma visão crítica e pós-moderna, a violência pode adquirir uma conotação complexa e não positiva levando em consideração que a ausência de conflitos e guerras não necessariamente representa a ausência de violência. Corroborando com a hipótese de que o monopólio da segurança, por si só, nunca garantiu a mesma, visto que ela vem de fontes de opressão e controle do indivíduo.

Dessa forma, algumas correntes críticas bebem de autores como Nietzsche (2005), Walter Benjamin (1986), Althusser (1985) e Foucault (1987) a fim de complexificar e diversificar o conceito de violência. Na visão de Nietzsche (2005) a violência pode ser vista como um princípio integrador do liberalismo, da relação credor e devedor. Porém, para Walter Benjamin (1986), o conceito de violência atrelasse a uma visão positiva do direito e de justiça, trazendo uma reflexão sobre a violência que é legal e daquela que é ilegal, ou seja, de uma violência que provém do uso da força legítimo do Estado por meio da lei. Já para Althusser (1985), a leitura de violência perpassa uma ótica mais simbólica que relaciona representações lacanianas juntamente com a ideologia em ambientes de convivência social, como a escola. Por fim, na visão de Foucault (1987) pode-se notar uma influência institucionalista, observando como a violência perpassa diferentes formas nos ambientes, normas, sistemas e regimes que moldam a sociedade, como por exemplo o sistema penitenciário.

O trabalho será um estudo qualitativo e quantitativo. Será utilizado o método de abordagem hipotético-dedutivo, pois objetiva-se partir de uma análise mais contextual geral sobre as lutas de emancipação anti-colonial africanas para posteriormente adentrar no excepcional caso sul-africano, trazendo conclusões distintas daquelas encontradas nas premissas. O método que será utilizado é o estudo de caso enfatizando o caso do movimento de libertação nacional da África do Sul por meio da atuação das mulheres no Congresso Nacional Africano e da

representação em cartazes por meio de uma Análise de Discurso (AD) e nos demais movimentos sociais organizados violentos, como o Umkhonto we Sizwe (MK).

A análise de discurso desempenha um papel crucial na compreensão das complexas dinâmicas envolvidas na construção de nacionalismos e ideologias. Essa abordagem discursiva reconhece que a enunciação vai além das palavras explicitamente expressas, destacando a existência de elementos não ditos que permeiam as estruturas linguísticas. Dentro desse contexto, a língua é percebida como um sistema completo, no qual a parte não explicitamente enunciada desempenha um papel significativo na manifestação de discursos sociais e ideológicos. Essa perspectiva permite uma análise mais profunda das relações entre o social e o individual, identificando as nuances que separam o essencial do acessório na construção e perpetuação de narrativas. Ao considerar o que não é dito, a análise de discurso proporciona insights valiosos sobre as camadas subjacentes de significado e poder nas práticas discursivas, contribuindo assim para uma compreensão mais abrangente e crítica dos processos sociais e políticos (IÑIGUEZ, 2005).

A Análise de Discurso, como disciplina crítica, revela a complexidade do corpo discursivo, entendido não apenas como expressão linguística, mas como uma construção permeada por relações de poder e historicidade. Nesse contexto, a formação discursiva emerge como um componente vital, sendo caracterizada como uma enunciação que reflete uma posição sócio-histórica específica na qual os enunciadores são passíveis de substituição. Essa dinâmica peculiar é evidente nos cartazes que serão objeto de análise, revelando a fluidez e a mutabilidade das representações linguísticas. A relação intrínseca com os papéis discursivos amplia o escopo da investigação para além dos limites linguísticos, adentrando o campo da sociologia. A interconexão entre os elementos discursivos e os papéis desempenhados pelos agentes sociais oferece uma perspectiva enriquecedora para a compreensão das práticas discursivas como reflexos e construtores das dinâmicas socioculturais (FOUCAULT, 1995).

Dentro de uma perspectiva epistemológica relacionam-se três teorias: o materialismo histórico marxista, a teoria linguística e a teoria do discurso como parte

de um conjunto maior da teoria da subjetividade, como construído no esquema a seguir:

Imagem 4 - Representação Epistemologia AD



Fonte: elaboração própria com base em Iñiguez (2005).

Pêcheux (1997) aborda a relação entre linguística e a teoria do discurso que pode ser epistemologicamente expressa na imagem acima. Observa-se a integração entre o materialismo histórico, o qual tem início no marxismo e aborda a sociedade e suas transformações por meio de ideologias e nacionalismos. Já a linguística cumpre um importante papel tanto no como está escrito, dentro de mecanismos sintáticos, como de processos de enunciação. Por fim, a teoria do discurso aborda a historicidade dentro de processos semânticos que envolvem a semiótica introduzida por Locke, agrupado na semiologia de Saussure. Por fim, a articulação entre elas vem da teoria da subjetividade marcada por um viés psicanalítico.

Usando o método de Análise de Discurso, busca-se para além de uma análise da linguagem, uma análise das opressões contidas nas diversas concepções de discurso. Comumente essas análises na área de Relações Internacionais são pautadas em observações de pronunciamentos, notícias e documentos oficiais que são formulados pelo Norte Global sobre o Sul Global. Aqui

buscou-se uma fonte feita e articulada pelo Sul Global, buscando uma análise mais coerente do ponto de vista epistemológico e local.

Sendo assim, as etapas de composição da Análise de Discurso como método figuram-se da seguinte forma: primeiro, visa-se identificar a formação discursiva com a qual trabalha-se, observando não só o problema, mas também o objeto, os sujeitos enunciadore e a competência cultural. Num segundo momento, define-se o corpo discursivo e as condições que legitimam este discurso para que ele possa ser organizado em camadas discursivas tanto de equivalência quanto de diferença. Ao final, é importante fazer uma auto-reflexão sobre a observação (MARQUES, 2022). Como trata-se de cartazes, utiliza-se a perspectiva semiótica comparando a mudança nas representações femininas.

Este trabalho está estruturado da seguinte maneira: no primeiro capítulo visa-se ampliar o debate sobre os Estudos de Segurança Internacional (ESI) junto à Teoria Feminista Pós-Colonial (TFPC) levando em considerações os pontos em comum e suas disparidades de pensamento. Já no capítulo dois, visa-se explorar mais a fundo a história do processo de colonização e descolonização africano, com ênfase na história da África do Sul e da eclosão dos movimentos organizados frente ao segregacionismo e demais opressões coloniais, interseccionando gênero e violência. Já no terceiro e último capítulo, visa-se analisar o contexto de mobilização e luta das mulheres tanto como atoras quanto como agentes políticas. Depois disso, analisa-se duas mulheres que participaram ativamente da luta de emancipação, Winnie Mandela e Albertina Sisulu. E, por fim, faz-se uma Análise de Discurso baseada em fontes primárias, os cartazes que articulam e difundiram as mulheres e seus movimentos dentro do CNA e do MK, analisando qual foi o papel da violência e como isso moldou a inserção das mulheres no Estado da África do Sul.

2 DOS ESTUDOS DE SEGURANÇA INTERNACIONAL À TEORIA FEMINISTA PÓS-COLONIAL: UMA ABORDAGEM DA VIOLÊNCIA

O presente capítulo tem como objetivo resgatar a construção teórica dos Estudos de Segurança Internacional (ESI) destacando (i) como a ampliação conceitual da área ocorreu (seção 2.1.); além disso, busca realçar e destrinchar em especial os Estudos Críticos de Segurança Internacional e sua relação com a violência (seção 2.2.); bem como contextualizar a Teoria Feminista Pós-Colonial através de uma visão de colonialidade e interseccionalidade (seção 2.3.). Por fim, tem-se uma pequena síntese do capítulo a fim de situar o debate e seus pontos principais (seção 2.4.).

2.1. OS ESTUDOS DE SEGURANÇA INTERNACIONAL E A AMPLIAÇÃO CONCEITUAL

O mundo em que vivemos está diretamente relacionado à dinâmicas invisíveis que afetam a interação entre pessoas configurando condicionantes estruturais sistêmicas. Condicionantes estas que se tornam mais diretamente sentidas e criticadas por aqueles que observam e vivenciam como partes afetadas, negligenciadas e inferiorizadas por tal estrutura opressora de dominação. Sendo assim, o debate aqui levantando urge discutir a estrutura pós-colonial e a colonialidade dos dias atuais analisando não somente a concepção de produção e divulgação do conhecimento científico, mas também analisando processos de conceitualização que abarcam, conscientemente ou não, a derivação de um debate do Outro e sobre o Outro, não tomando ciência da sua posição e atuação neste.

Prezando por uma perspectiva epistemológica mais reflexivista e interpretativista, busca-se aqui uma análise da construção histórica dessas estruturas de poder por meio de uma contextualização, dada como parte da análise, e da observação e discussão das estruturas de poder e legitimação. Contudo, há de se pontuar que por mais que a análise primária foque em grandes debates de cunho social e político, não retira-se de maneira alguma o caráter de especificidade e pluralidade dos movimentos sociais, admitindo-se que este esforço trata-se de uma parte importante, mas não única e inviolável do fazer ciência do Sul Global para o Sul Global dentro de uma construção de sentidos e de práticas. Concentrando-se

não somente no aspecto da neutralidade, mas sim na transparência e honestidade acadêmica do estudo.

Quando analisa-se a Segurança Internacional é interessante pontuar que houve transformações do conceito de segurança que se inserem em um contexto pós-Guerra Fria, onde já não havia um objeto de referência que fosse um conflito, uma ameaça entre Estados. O debate tradicional de segurança e poder nas relações internacionais abre-se na discussão de legitimidade do Estado em poder assinalar quando a força pode ser usada e também quando relacionamos a dominação e especialmente o reconhecimento de quem domina e quem é dominado, definido o monopólio da violência weberiano (WEBER, 2004). Sendo assim, a violência faz parte da segurança como objeto relativo que transpassa debates sociológicos e políticos para a política internacional.

Dessa forma, abrem-se caminhos para novos horizontes de atuação do setor de segurança. A ampliação do conceito de Segurança Internacional passa por dois processos: o de expansão que visa abarcar outras áreas como a militar, a política, a econômica, a social e a ambiental; e o de aprofundamento que é dado como adjetivação do conceito de segurança, por exemplo, a segurança humana, nacional e internacional, isto é como objetos de referência preferenciais em relação aos quais as dinâmicas securitárias se desenvolvem (BUZAN e HANSEN, 2009; RUDZIT, 2005).

Ademais, junto com a expansão do campo do Direito Internacional e especialmente da Organização das Nações Unidas (ONU), parte-se uma perspectiva mais pautada nas organizações coletivas (segurança estatal e nacional) para uma perspectiva individualista (da segurança humana) e outra coletivista, a qual aborda, por exemplo a segurança ambiental. É observada, assim, a ampliação da visão de problemas econômicos e sociais mais aflorados no Terceiro Mundo advindos de agendas derivadas, tais como a pobreza, o meio ambiente, a saúde e agendas que abordem mais expressivamente o Sul Global e suas relações de poder e colonialidade. Já quando analisa-se a evolução desses estudos, a Teoria da Securitização (BUZAN et al 1998) pauta justamente a análise das causas e dos processos dentro de uma visão mais ampla a fim de averiguar como um assunto não politizado torna-se securitizado por meio de um discurso do ator securitizador, o

qual identifica uma ameaça a um objetivo referente que deve ser protegido. A crítica recai em como esses discursos de segurança são produzidos, pois na prática nota-se uma lógica de exclusão dos subalternos às pautas. Ainda nessa linha, a Escola de Copenhague nota a securitização como um problema pois não há garantia de que os meios de exceção sejam arquitetados de maneira democrática. Contrapondo essa visão, em uma perspectiva positiva da ampliação, as Teorias Críticas observam que a violência e suas formas existem antes mesmo da securitização, dessa forma focam-se em conceitualizar o que é violência para as diferentes áreas, politizando a segurança e levando ao debate aberto.

2.2. OS ESTUDOS CRÍTICOS DE SEGURANÇA INTERNACIONAL E A VIOLÊNCIA

Dessa forma, chega-se na perspectiva que adequa-se ao estudo, o qual bebe de uma corrente crítica de análise sobre a segurança e, em segunda instância, sobre a violência. O conceito de segurança aqui abordado versa sobre mais do que uma dimensão instrumental, alcançando a segurança como meio para uma ação maior, aprofundando, aprimorando e direcionando os estudos para pensar a quem e a que o termo “segurança” se refere (KRAUSE; WILLIAMS, 1997). Visa-se aqui estudar o vínculo securitário com a violência, em como é importante fazer uma análise que detenha um contexto histórico por meio do conhecimento socialmente construído (KRAUSE, 1998). Sendo assim, a ampliação do conceito de segurança gira em torno de uma compreensão do Outro, isto é, de uma problemática da segurança que é baseada na constituição de práticas históricas auto reflexivas, como exemplificado por Krause e Williams (1997) em seu livro *“Critical Security Studies”*:

Mas se quisermos compreender essas realidades, devemos levá-las mais a sério do que as abstrações do neorrealismo permitem. Devemos compreender a gênese e a estrutura de problemas de segurança específicos como fundamentadas em condições históricas e práticas concretas, em vez de em afirmações abstratas de atores racionais transcendentais e métodos científicos. Devemos entender a gênese de conflitos e a criação dos dilemas de segurança como fundamentados em

práticas reflexivas, em vez de como o resultado de estruturas atemporais. (KRAUSE & WILLIAMS, p. 50, 1997)¹

Dessa forma, buscando a inclusão optou-se por uma visão dos Estudos Críticos de Segurança, especificamente provenientes da Teoria Crítica da Escola de Frankfurt e da Escola Galesa. Para eles o conceito de segurança segue intrinsecamente atrelado à emancipação, pois seria por meio dela que ocorre a libertação das estruturas violentas, pensando não somente no Estado como ator, mas também nos indivíduos. Logo, a emancipação é vista como um instrumento de libertação dos indivíduos das estruturas de poder dominantes e opressoras (BOOTH, 1991).

No sentido mais geral, a emancipação refere-se à libertação de uma entidade do controle, dependência, restrição, confinamento, restrição, repressão, escravidão ou dominação. Considera-se aqui, seis aspectos principais que envolvem a formação de um interesse coletivo, de uma identidade coletiva, da mobilização em prol de uma ação coletiva, na formação de um senso de soberania material e simbólica baseado na experiência de uma realidade compartilhada, isto é, uma situação coletiva; e, finalmente, um projeto coletivo no qual os indivíduos visam defender ou mudar a sociedade ou a posição de um determinado grupo dentro dela (SUSEN, 2015). Sendo assim, o conceito de emancipação transmite a relação intrínseca entre discursos de emancipação e emergência de Movimentos de Libertação Nacional com forças coletivas de transformação social e política.

Observando, assim, o conceito de segurança como emancipação visa-se ampliar a crítica ao olhar realista e às concepções hegemônicas de poder e segurança. Isto porque, se de um lado os realistas como Carr e Waltz observam a violência como parte do sistema internacional, dentro de um sistema anárquico e da constante ameaça à sobrevivência do Estado, observando as relações de poder intrínsecas, de outro abre-se, por meio de um viés construtivista de Wendt (1992), a relação entre as partes do sistema, definindo seus padrões de amizade e inimizade

¹ No original: *"But if we are to understand these realities, we must take them more seriously than the abstractions of neorealism allow. We must grasp the genesis and structure of particular security problems as grounded in concrete historical conditions and practices, rather than in abstract assertions of transcendental rational actors and scientific methods. We must understand the genesis of conflicts and the creation of the dilemmas of security as grounded in reflexive practices rather than as the outcome of timeless structures."*

de maneira subjetiva adiciona uma perspectiva de leitura que complexifica e define a co-constituição entre agente e estrutura. Contudo, é somente com o advento da Teoria Crítica e do pós-positivismo que ocorre um rompimento com o papel central do Estado como protagonista da definição de Segurança e da atuação do mesmo no Sistema Internacional, abrindo caminho para o debate sobre as (in) seguranças dos indivíduos.

Ken Booth (1991) foi um dos primeiros autores a conceituar segurança como emancipação e definindo-a originalmente como:

A emancipação consiste na libertação das pessoas (como indivíduos e grupos) das restrições físicas e humanas que as impedem de realizar o que escolheriam livremente fazer... Segurança e emancipação são duas faces da mesma moeda. Emancipação, não poder ou ordem, gera verdadeira segurança. Emancipação, teoricamente, é segurança. (BOOTH, p. 319, 1991)²

Deve-se concordar que a definição de segurança dada pelas correntes dominantes é incongruente, pois não consegue abarcar em sua natureza a diversidade de dimensões e facetas do problema de segurança. Contudo, observa-se que o alargamento do conceito deve ser feito de forma prudente a fim de não tornar a definição de segurança uma ferramenta analítica inútil. Isso porque igualar estes conceitos não necessariamente exprime que uma sociedade ou grupo pode ser emancipado sem estar seguro e da mesma forma o contrário. Sendo assim, é de se observar como o aspecto da colonialidade permeia até hoje as estruturas sociais e políticas dos Estados, trazendo um debate sobre como pode ser forçado e intelectualmente hipócrita equiparar segurança com emancipação no Sul Global, levando em consideração que ainda existem problemas básicos de legitimidade do Estado, de ordem política e de acumulação de capital que os colocariam como Estados subalternos (AYOGB, M., 1997, p.121-127).

Dessa forma, pretende-se aqui utilizar-se do conceito de violência como meio de emancipação, levando em consideração uma concepção gramsciana sobre grupos sociais subalternos. Envolve-se, assim, a exploração de uma dimensão

² No original: "(...) is the freeing of people (as individuals and groups) from the physical and human constraints which stop them carrying out what they would freely choose to do... Security and emancipation are two sides of the same coin. Emancipation, not power or order, produces true security. Emancipation, theoretically, is security."

política desses grupos que caracteriza a emancipação como uma forma de alcançar consciência crítica de classe por meio da história (LIGUORI, 2013). Para além disso, a modernidade fez com que perspectivas e epistemologias coloniais fossem naturalizadas por meio do capitalismo, sendo umas das fontes contemporâneas de dominação. Para tanto, o objetivo principal é alcançar a independência, libertação e emancipação das sociedades exploradas pelo imperialismo e neocolonialismo (BALLESTRIN, 2012).

Isto porque entende-se que uma lógica de insegurança maior, e às vezes invisível, leva a violência a qual pretende quebrar com uma estrutura de dominação ainda maior configurada pela violência estrutural pertencente a uma esfera colonial, que ainda hoje perpassa a colonialidade dentro de aparatos sociais, políticos e econômicos. E dentro desta caixa preta da violência, pode-se observar que a consideração do aspecto feminista pós-colonial faz com que a leitura seja ainda mais completa.

No sentido mais geral, a emancipação refere-se à libertação de uma entidade do controle, dependência, restrição, confinamento, restrição, repressão, escravidão ou dominação. Consideram-se aqui seis aspectos principais que envolvem a formação de um interesse coletivo, de uma identidade coletiva, da mobilização em prol de uma ação coletiva, na formação de um senso de soberania material e simbólica baseado na experiência de uma realidade compartilhada, isto é, uma situação coletiva; e, finalmente, um projeto coletivo no qual os indivíduos visam defender ou mudar a sociedade ou a posição de um determinado grupo dentro dela (SUSEN, 2015). Sendo assim, o conceito de emancipação transmite a relação intrínseca entre discursos de emancipação e emergência de Movimentos de Libertação Nacional com forças coletivas de transformação social e política.

2.3. A TEORIA FEMINISTA PÓS-COLONIAL: UMA VISÃO DE COLONIALIDADE E DE INTERSECCIONALIDADE

Adentrando o aspecto pós-colonial deve-se notar que o questionamento central é feito através do processo de colonialidade e da dinâmica da qual detém até hoje as relações do Sistema Internacional. A partir dessa perspectiva se coloca essa

subcorrente teórica, que é dada como o acesso ao conhecimento institucionalizado e sempre problematizando o espaço da teoria, problematizando o lugar da normatividade diante do foco do Sul Global e a amplitude da generalização, por meio do fetichismo das Ciências Sociais, dando assim, como impossível um universalismo e abrindo as portas ao regionalismo e suas complexidades.

Dentro dos enfoques críticos da ESI observa-se a integração do conceito gênero à análise, em especial teorias de gênero que têm a princípio estudos como e de Tickner (1992) e Enloe (1989). Estas introduzem o debate de como a área é fundada em concepções de masculinidade, tanto que os primeiros estudos que lidam com o feminino são amplamente relacionados com a área de estudos da paz. Porém, com a expansão e democratização do debate abrem-se discussões sobre como a perpetuação de inseguranças na sociedade internacional tem sido apoiada por hierarquias de gênero estruturais e hierarquizadas (TICKNER, 1992). As questões feministas que envolvem uma luta politicamente engajada ainda permeiam:

Teorias que elaboram explicações estruturais com aspirações de universalidade geralmente deixam de reconhecer como estruturas sociais desiguais impactam de maneiras distintas a segurança de diferentes grupos. Somente ao introduzir o gênero como uma categoria de análise é possível analisar e compreender o impacto diferencial do sistema estatal e da economia global na vida das mulheres. (TICKNER, 1997, p. 626)³

Já quando relacionamos as correntes críticas de emancipação com a Teoria Feminista Pós-Colonial pode-se observar como a colonização é usada a fim de caracterizar a maioria dos aspectos hierárquicos dentro de ambientes políticos e de conjunturas econômicas dentro da concepção de um discurso sobre a definição do Sul Global (MOHANTY, 1984). Dessa forma, observa-se como a relação de dominação estrutural e supressão violenta é invariavelmente implicada na colonização. E no caso da África do Sul observa-se como a mulher negra é definida como um Outro composto cultural e ideológico construído através de diversos aspectos representativos (MOHANTY, 1984).

³ No original: "Theories that construct structural explanations that aspire universality typically fail to recognize how unequal social structures impact in different ways on the security of different groups. Only by introducing gender as a category of analysis can the differential impact of the state system and the global economy on the lives of women be analyzed and understood."

Para autoras feministas pós-coloniais contemporâneas, um dos grandes cuidados com um estudo que busca estudar mulheres do Sul Global é justamente com a construção de um discurso que coloca as mulheres como “objeto” de pesquisa de uma produção de conhecimento colonial (MOHANTY, 2020), tomando o contexto da pesquisadora como norma e homogeneizando um grupo que é tão heterogêneo e compartilham de uma base de opressão:

(...) a colonização tem sido usada para caracterizar tudo, das hierarquias políticas e econômicas mais evidentes à produção de um discurso cultural específico sobre o que é chamado de Terceiro Mundo. Por mais sofisticado ou problemático que seja seu uso como construto explicativo, a colonização quase sempre implica uma relação de dominação estrutural e uma supressão – frequentemente violenta – da heterogeneidade do(s) sujeito(s) em questão. (MOHANTY, 2020, p. 9 – 10)⁴

Para tanto, é de suma importância tratar do colonialismo e da colonialidade que permeia as estruturas de poder e de hierarquias no contexto do Sul Global e especialmente sul-africano na modernidade. Isto porque, o colonialismo iniciou ainda no século XVII na África do Sul e tomou proporções tangíveis e opressoras ainda maiores dentro de uma nova organização da sociedade sul-africana diante do Apartheid. Para isso, o entendimento dos mecanismos sócios históricos e perspectivas étnico-raciais nos faz questionar a hegemonia da colonialidade em suas mais diversas bases e como ocorre a perpetuação de poder desta (QUIJANO, 2005). Para tanto, deve-se observar que:

(...) a colonialidade pode ser compreendida como o passo seguinte à colonização: na colonização, se legitima a supremacia de um povo (no caso, europeu) sobre outro, a partir de práticas de expropriação, violência e exploração. Já a colonialidade se concretiza através da burocracia e da subjetividade, como instituições e linguagens. A importância de tratarmos da colonialidade é a de entender que a modernidade só existe com ela. (MACIEL, 2019, p. 144)

Assim dizendo, compreender a colonialidade é seguir compreendendo como o colonialismo fez e faz das dinâmicas sociais e políticas de subalternização do Estados, de saberes, de culturas um constante desafio epistemológico real e até mesmo fatal na África do Sul. Isto porque dentro de uma divisão de análise crítica

⁴ Optou-se pela utilização da obra traduzida para o português.

dentro de uma categoria relacional de gênero já configuram-se dinâmicas ainda mais repressivas. Desde a construção do conceito, feita por Simone de Beauvoir (1960), a mulher já pode ser vista como a outra, ressaltando a construção do outro como outro (FANON, 2008). Dessa forma, estrutura-se dentro de relações sociais e especialmente na área de Relações Internacionais deste estudo trata de discussões sobre feminilidade e masculinidade dentro da construção patriarcal do Estado (PATEMAN, 1993). Sendo assim, a dimensão de gênero é tratada neste trabalho como mais do que uma teoria científica, mas também como um movimento social organizado e protagonizado por sujeitos políticos com valores éticos feministas (GONZÁLES, 1988).

Nesta perspectiva, o conceito de interseccionalidade é utilizado como uma ferramenta teórico metodológica que permite com que raça, classe e gênero se articulem de maneira indissociável e não hierárquica diante da complexidade das relações sociais (CRENSHAW, 1989; COLLINS e BILGE, 2016). Assim, pontua-se como a violência sistemática perpassa por essas três variáveis demarcando um condicionamento estrutural outrora perpetuado pelo capitalismo e pela propriedade privada por meio do colonialismo e atualmente fazendo parte da colonialidade (LUXEMBURGO, 2015).

2.4. SÍNTESE DO CAPÍTULO

Os Estudos de Segurança Internacional como área de estudo tiveram uma ampliação conceitual que resultou numa pluralidade de enfoques para além da visão tradicional. Foi nos anos de 1980 que aconteceram vários questionamentos que tensionaram os conceitos básicos que norteiam esses estudos e que fizeram com que uma perspectiva crítica e construtivista surgisse: a Escola de Copenhague e, posteriormente, a Escola Galesa. Sendo assim, aqui inseriu-se o debate de violência que detona de uma visão emancipatória de outra violência estrutural, marcada pelo colonialismo e ainda hoje perpetuada por padrões de colonialidade de gênero. Dessa forma, pretende-se, com após a introdução deste debate, analisar dentro de uma análise contextualmente situada como o processo violento ocorreu no Congresso Nacional Africano (CNA) e especialmente no seu braço armado

Umkhonto we Sizwe a fim de evidenciar essas lutas multifacetadas refletem as identidades interseccionais heterogêneas das mulheres sul-africanas e das minorias de gênero (BASU, 2010).

3 MOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO NACIONAL NA ÁFRICA

O segundo capítulo desta monografia tem como objetivo geral apresentar e discutir os movimentos de libertação nacional africanos e as relações emancipatórias da violência e colonialidade. Como base de debate e inserção na literatura de Relações Internacionais, optou-se por analisar os Movimentos de Libertação Nacional por uma perspectiva histórica localizada, buscando evidenciar as Revoluções Africanas e o modo africano de fazer a guerra (seção 3.1.). Na segunda parte, buscou-se analisar especialmente o caso da África do Sul e do Congresso Nacional Africano (CNA), mais especificamente com ênfase no seu braço armado, Lança da Nação, em língua zulu Umkhonto we Sizwe (MK) (seção 3.2.). Por fim, busca-se sintetizar o capítulo e dar sequência ao debate introduzindo a parte final.

3.1. OS MOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO NACIONAL (MLN) AFRICANOS E A CONJUNTURA DA ÁFRICA AUSTRAL

Para falar dos Movimentos de Libertação Nacional urge situá-los dentro do contexto colonial de sua formação. A expansão colonizadora mundial foi marcada pela busca de novos territórios e mercados, sendo uma luta para além da expansão territorial, uma expansão política e econômica. Para isso, países europeus buscaram inicialmente nas Américas a concretização de seus objetivos, como novas terras e com elas novas potencialidades de exploração e aumento de poder. Para além das Américas, a expansão portuguesa na África demonstrou ser valiosa não só por questões religiosas ou econômicas, mas sim por fornecer mão de obra escrava que viria a ser um dos motores do desenvolvimento português nos outros territórios (VISENTINI, 2012). Para além do desenvolvimento marítimo, o continente africano seria vítima de suas riquezas, tais como diamantes e ouro (VISENTINI, 2012).

Muitas das guerras civis na África eclodiram, de maneira mais ou menos direta, como resultado do fim do colonialismo. As tendências centralizadoras dos colonizadores europeus criaram estados artificiais cujo principal fator unificador era a presença do poder colonial, como os britânicos na Nigéria, os franceses no Chade e os portugueses em Angola. (ARNOLD, 2008, p. 32)⁵

Os Movimentos de Libertação Nacional são fenômenos históricos complexos que emergiram no contexto da descolonização global durante o século XX. Esses movimentos representaram a resposta de povos colonizados à opressão colonial, à exploração econômica e à busca pela autodeterminação. Examina-se, aqui, a formação desses movimentos, analisando os fatores históricos, sociais e políticos que os moldaram.

Num primeiro momento é interessante observar como os MLN são literalmente respaldados na ideia de nação, a qual é pouco questionada e acaba por invisibilizar a compreensão do contexto de luta que perdura até hoje nos países africanos (CAHEN, 2005).

Antes de entender as revoluções africanas urge resgatar um pouco do debate sobre emancipação que vem de Lênin. No contexto russo é onde o conceito nasce junto à sua interação entre violência e história (LÊNIN, 1980). Especialmente falando da emancipação da mulher no contexto socialista, Lênin (1980), enaltece como dentro da maioria dos MLN o papel da mulher, relacionado com a participação da mesma nos processos, foi decisivo para o sucesso destes. Caracterizando a mobilização feminina como essencial para mobilização das massas, e tratando da igualdade social como um dos princípios indiscutíveis do socialismo (MARX, ENGELS e LÊNIN, 1980).

Para compreender o surgimento dos MLN é de suma importância compreender as revoluções africanas como parte de um processo construído dos Estados que hoje, ainda, tomam forma. Em linhas gerais, estas se tornaram parte atuante na tarefa de promoção do desenvolvimento econômico e social, além de integrar massas a sistemas políticos e construir Estados (VISENTINI, 2012). Sendo assim, estes movimentos tratam-se de revoluções anti-imperialistas do Sul-Global,

⁵ No original: *"Many of the civil wars in Africa have broken out, more or less directly, as a result of the end of colonialism. The centralizing tendencies of the European colonizers created artificial states whose principal unifying factor was the presence of the colonial power, such as the British in Nigeria, the French in Chad, and the Portuguese in Angola."*

ligadas profundamente à descolonização e ao nacionalismo. Segundo Visentini (2012), pode-se notar que as revoluções africanas tiveram grande alcance não só dentro da África, onde eclodiram outras revoluções e pensamentos dissonantes, mas também fora dela, fazendo com que Cuba tivesse influência nos processos de democratização e quedas de ditaduras no continente africano.

Quando exploramos os Movimentos de Libertação Nacional (MLN) africanos deve-se situá-los como parte de revoluções que aconteceram no Terceiro Mundo. Diante disso, a análise das chamadas revoluções africanas advém de um contexto mundial de queda e crise do sistema capitalista nos anos 1970. Época que também foi bastante frutífera para ascensão e crescimento da esquerda, marcando uma conjuntura da Guerra Fria de busca por alianças político-militares. Sendo assim, as revoluções que se instalam no continente africano e que são partes fundamentais dos MLN são revoluções nacionais com ímpetos democráticos e socializantes provenientes da inspiração global. Estas, buscam não só enfrentar as forças conservadoras internacionais, mas também as internas que a partir da conquista do poder são motores de transformação sociopolítica. Dessa forma, o conceito de revolução pode ser considerado da seguinte maneira para a adequação a esta pesquisa:

“Revolução” indica uma mudança brusca, geralmente violenta (mas nem sempre), que desencadeia a derrubada de um regime e a luta pela construção de outro novo. Essa ruptura na ordem vigente busca efetuar alterações estruturais nos ordenamentos jurídico-político e socioeconômico. O elemento deflagrador pode ser um levante de massas, uma insurreição armada, um golpe de Estado ou até mesmo uma transição política relativamente pacífica. (VISENTINI, 2012, p. 27)

Em especial neste contexto os MLN buscam efetivar a construção parcial de um Estado e de uma ideia de nação unificada e importada de modelos eurocentristas. As revoluções africanas causaram um efeito desestabilizador na ordem interestatal que estava se formando diante de fronteiras artificiais e porosas. Uma das conclusões firmadas por Visentini (2012) deriva das revoluções que se utilizaram da violência e de seus efeitos. Pode-se observar que lutas armadas proporcionaram efeitos intensos que expulsaram o colonialismo e desarticularam movimentos segregacionistas, como o apartheid da África do Sul. Portanto, nota-se

que as revoluções africanas formaram uma base de luta anti-colonial e promoveram processos de democratização e criação de Estados-Nação mais consolidados no continente africano. Especialmente na África Austral, pode-se observar a ocorrência de MLN que usaram de braços armados como parte da efetivação de suas estratégias políticas e sociais:

Tabela 1 - Principais Movimentos de Libertação Nacional (MLN) Violentos da África Austral

País	MLN	Braço armado	Violento?
Moçambique	Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo)	Polícia da República de Moçambique	Sim
Angola	Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA)	-	-
	Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA)	Exército de Libertação Nacional de Angola (ELNA)	Sim
Zimbábue	União do Povo Africano do Zimbábue (ZAPU)	Exército Revolucionário Popular do Zimbábue (ZIPRA)	Sim
	União Nacional Africana do Zimbábue (ZANU)*	Exército Africano de Libertação Nacional do Zimbábue (ZANLA)	Sim
	Frente para a Libertação do Zimbábue (FROLIZI, ing)	-	Sim
África do Sul	Congresso Nacional Africano (CNA)	Umkhonto we Sizwe (MK)	Sim
Namíbia	South West African People's Organisation (SWAPO)	Exército Popular de Libertação da Namíbia (PLAN)	Sim

Fonte: elaboração própria.

Entretanto, deve-se observar que muitos movimentos violentos protagonizados pelos braços armados dos MLN detinham um caráter progressista e modernizador, o qual transmitia mais fielmente do que as potências coloniais a expressão nacional e parte da realidade social do país, caracterizando os MLN como parte importante de mobilização política, como parte da ação de mudança efetiva. Além disso, há de se considerar não somente as hierarquias de poder que moldam o Sistema Internacional de fora para dentro, especificamente nas hierarquias de poder do Norte Global, que afetam indiretamente ou diretamente o Sul Global. Mas também, leva-se em consideração fazer o movimento inverso, de leitura interna e local de como as realidades de experiências do Sul Global são importantes e afetam o internacional, replicando padrões de ação social e eclosão de revoluções e lutas anti-imperialistas e contra revoluções de ascensão de regimes autoritários. Sendo assim, alguns conflitos extraestatais ocorridos no continente africano motivaram os MLN em suas tomadas de ação. A escolha de conflitos extraestatais reflete alguns aspectos importantes sobre as guerras africanas: primeiro uma guerra irregular que se espelha nas dinâmicas de colonialidade e da modernidade; segundo, não se trata somente de uma guerra civil sendo que as ameaças são muito mais de nível doméstico do que entre Estados, regionais ou

globais, ressaltando os atores subestatais. Contudo, não há como descartar a presença de financiamento externo nas guerras africanas. Sendo assim, como pode-se observar algumas das principais guerras de na tabela a seguir:

Tabela 2 - Principais Guerras de Independência na África, acima de mil mortos (1952-atualidade).

Região	Data	Duração (anos)	Período	Guerra	Teatro de Operações (princ.)	Mortes (aprox./mil)
Chifre	1952-1960	8	GF	Revolta Mau Mau	Quênia	13
Magreb	1954-1962	8	GF	Guerra de Independência da Argélia	Argélia	300
Austral	1961-1975	14	GF	Guerra de Independência de Angola	Angola	80
	1964-1975	11	GF	Guerra de Independência de Moçambique	Moçambique	60
	1966-1988	22	GF	Guerra de Independência da Namíbia	Namíbia e Angola	20
Ocidental	1963-1974	11	GF	Guerra de Independência de Guiné-Bissau	Guiné-Bissau	15

Fonte: elaborado com base em CASTELLANO (2022).

Já na África Austral, região caracterizada por inúmeras riquezas minerais e agrícolas além de um ponto estratégico de acesso ao Oriente, foi uma região um tanto cobiçada pela Europa. Em especial no contexto sul-africano observa-se a ascensão de um regime segregacionista de apartheid o qual foi institucionalizado até mesmo na Constituição do país, o qual era ligado intimamente a capitais e investimentos internacionais. Dessa forma, havia impedimentos fortes no país para ascensão de movimentos de luta anticolonialista negros a favor da emancipação, o que predispos o uso da violência como parte de uma estratégia de mobilização política e social da realidade local.

Em 1970, o ano das revoluções, o contexto mundial envolvia a doutrina Nixon por parte dos Estados Unidos, a qual foi uma mudança significativa na abordagem dos EUA às relações internacionais e teve implicações significativas para o continente africano. Ela foi anunciada em julho de 1969 e tinha como princípio central a ideia de que os Estados Unidos buscava reduzir o seu compromisso militar direto em áreas de conflito no mundo, particularmente na Guerra do Vietnã, enquanto encorajaria seus aliados regionais a assumirem mais responsabilidade pela segurança e estabilidade em suas próprias regiões. Abriu-se, assim, mais espaço para um desequilíbrio de forças global, o que fez com que os países de orientação socialista, com foco na Rússia e em Cuba ampliaram sua colaboração junto aos MLN terceiro mundistas, a fim de obter um equilíbrio estratégico

novamente. Porém, com as sucessivas crises que assolaram a periferia e seus vários conflitos, cresceram forças de mobilização social que desencadearam uma onda revolucionária com grande apoio socialista. Somando-se a isto, a queda de regimes como o salazarismo nos anos 70 motivou a mobilização não só no continente africano, mas no Oriente como um todo.

O processo de descolonização do continente africano teve seu prelúdio no pós-Segunda Guerra Mundial, marcando o início do que se convencionou denominar como a terceira etapa do fenômeno descolonizador. A primeira fase deste processo encontrou seu desenvolvimento inicial na região da Ásia Oriental, durante a década de 1940. A subsequente etapa do desmantelamento do domínio colonial ocorreu de forma preponderante no Oriente Médio, na década de 1950. Por fim, a descolonização da África, embora enraizada em antecedentes que remontam à década de 1940, efetivou-se de maneira mais pronunciada ao longo das décadas de 1960 e 1970 (SCHÜTZ, 2013).

A própria África não consistia em uma estrutura homogênea com subdivisões menores organizadas, que seriam as distintas tribos. Ao invés disso, havia já diferentes tribos que entravam em conflitos, se deslocavam, e moldavam um pouco do que Visentini (2010) chamou de “protossistema de relações “internacionais””.

A Conferência de Berlim (1885) pode ser considerada um dos primeiros acontecimentos que marcam a história da África pré-colonial para a dominação europeia. O imperialismo, que situou-se no continente africano, pode ser considerado como parte principal de uma reação ao contexto de declínio da Grã-Bretanha e ascensão de outros países no cenário da Revolução Industrial. Foi nesta insegurança na balança de poder que os ingleses optaram por buscar outras riquezas que os deixassem no topo do sistema novamente, e isso foi feito na África. Porém, em um continente de mais de 30 milhões de quilômetros quadrados seria ingênuo pensar que essa tarefa seria feita somente pelos ingleses. Nessa corrida, optou-se no final por reunir 14 potências do século XIX para debater a ocupação do continente africano e estabelecer uma série de regras. Dessa forma, o colonialismo foi perpetuado diante da “descoberta” e conquista de diversos territórios que foram dominados diante da superioridade econômica, militar, tecnológica e na exploração de rivalidades (VISENTINI, 2010). No caso inglês, que colonizou a África do Sul,

houve uma dominação indireta, que contava com certa medida de poder cedido, até colonização direta e com o uso da violência contra os povos originários.

Imagem 2 - Mapa da Colonização Africana



Fonte: África e Brasil africano (Marina de Mello e Souza, Ed. Ática, 3a edição, 2013).

Foi durante o período da Segunda Guerra Mundial que os povos colonizados viram o fenômeno da descolonização se tornar mais tangível, isto porque os países colonizadores necessitavam de homens para combate no conflito, além de recursos materiais. Assim, movimentos nacionalistas ganharam força no contexto afro-asiático de maneira significativa, atrelados à formação de grupos de guerrilha. Sendo assim, observa-se como o movimento anti-colonial foi boa parte desenvolvido diante de lacunas deixadas pelo declínio dos velhos impérios, a financeirização, motivada em grande parte pelo capital transnacional estadunidense que teve um

papel emancipatório como parte de uma estratégia de libertação atrelada ao financiamento e auxílio de armamentos e provocou uma onda de tomada de ação protagonizada pelos Movimentos de Libertação Nacional. Houve, também, um crescente apoio da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e da China nesses movimentos, o que explica em parte a ascensão do marxismo em certos círculos. Sendo assim, segundo Visentini (2012) o movimento de descolonização pode ser dividido em três partes:

A primeira delas ocorreu nos anos imediatamente subsequentes à guerra e início dos anos 50 sobretudo na Ásia oriental e meridional, onde se deu a luta contra o Japão e o maior enfraquecimento do colonialismo europeu. (VISENTINI, 2012, p. 24)

Conflitos violentos foram travados nestas regiões além da região árabe, onde o nacionalismo foi um grande motor reformista em países como o Egito, o Iraque e Argélia, por exemplo. Na segunda fase do movimento de descolonização (anos 60), já no continente africano observou-se a região da África subsaariana com ímpetus de descolonização controlada, na terceira fase (de 1970 a 1990), na África Austral os movimentos enfrentaram as minorias brancas, tarefa a qual levou a conflitos violentos e duros. Segundo Visentini (2012), as formas de descolonização seguem quatro modelos:

(...) a) um acordo da metrópole com a elite local para uma independência gradativa (África tropical); b) a exploração de divergências internas como forma de controlar o processo (como Índia e Paquistão); c) a luta fracassada contra guerrilha revolucionária (guerra franco-vietnamita e argelina); e d) apoio à facção conservadora durante guerra civil (Filipinas, Vietnã do Sul, Coreia do Sul e China). (VISENTINI, 2012, p. 25)

Em um contexto mundial, o sistema internacional se tornava adepto à descolonização. Uma das primeiras a manifestar isto foi a Conferência de Colombo, em abril de 1954. Nela, países como Indonésia, Birmânia (atual Myanmar), Índia, Paquistão e Ceilão (atual Sri Lanka) discutiam preceitos como a autodeterminação e a paz. A imperatividade de consolidar uma aliança unificada em defesa da autodeterminação e da paz, em um período em que coexistiam os variados esforços pela independência com a ameaça latente de um conflito nuclear entre as potências mundiais, motivou os participantes da Conferência de Colombo a ratificarem a

proposta de convocar uma assembleia abrangente de nações africanas e asiáticas para o ano subsequente, a ser realizada na cidade indonésia de Bandung.

Foi assim que em abril de 1955 ocorreu a Conferência de Bandung que reuniu vinte e nove países tanto africanos como asiáticos a fim de discutir a emancipação e os efeitos da Guerra Fria, tornando-se, uma das principais referências da ascensão da voz Terceiro Mundo para o globo. O presidente Sukarno, da Indonésia, que também desempenhou o papel de anfitrião na Conferência, estabeleceu imediatamente o tom do evento com seu discurso inaugural durante a sessão de abertura:

Todos nós, estou certo, estamos unidos por coisas mais importantes do que aquelas que superficialmente nos dividem. Estamos unidos por uma repulsa comum ao racismo. E estamos unidos por uma determinação comum de preservar e estabilizar a paz no mundo ... Falando em termos relativos, todos os que estamos reunidos aqui somos vizinhos. Praticamente todos estamos unidos pela experiência comum do colonialismo. Muitos de nós temos a mesma religião. Muitos de nós temos as mesmas raízes culturais. Muitos de nós, as assim chamadas nações subdesenvolvidas, temos problemas econômicos similares, de modo que cada um pode aproveitar a experiência do outro e ajudar. E, eu penso que devo dizer que todos partilhamos os ideais comuns de independência nacional e liberdade. (Selected Documents, 1995)

Depois disto, em 1961 na cidade de Cairo (Egito), ocorreu a I Conferência dos Países Não-Alinhados, marcando mais de 25 membros que concordavam com a mesma tendência. Aqui já destacam-se grandes líderes de movimentos nacionalistas como Gamal Abdel Nasser, do Egito, e Kwame Nkrumah, de Gana, os quais detinham de um discurso de desaprovação da dominação do Norte sobre o Sul e de reivindicação de uma nova ordem internacional. Pode-se observar como as ondas integracionistas são intimamente ligadas aos ímpetus integracionistas africanos, tratando de soberania interna para não só manutenção, mas tem afirmação desta para com o mundo.

Sendo assim, após Bandung, um acontecimento local fez com eclodissem ondas mais fortes de reivindicação de descolonização no continente africano. Foi a Guerra da Argélia que teve forte impacto principalmente sobre a África Subsaariana, fazendo com que as metrópoles cedessem um grau de independência maior, porém bem reduzido às colônias, ou seja, um movimento de independência assistido e controlado, como que um senso de “controle”. Além disso, dois movimentos foram

responsáveis por aumentar a velocidade com que o processo de luta pela independência acelerasse: o pan-africanismo e a negritude. Estes movimentos não nasceram na África, mas sim na Europa, Estados Unidos e América Central e contribuíram como correntes político-ideológicas para a sociedade africana e suas elites. Essas correntes junto a líderes carismáticos e com o apoio de partidos de viés comunista propiciaram uma tímida guinada nos movimentos de libertação. Contudo, houve um adiantamento das potências coloniais que fez com que elas pudessem controlar o amadurecimento desses movimentos e, dessa forma, os potenciais danos às estruturas coloniais.

O Pan-Africanismo em si detinha de uma ideia de coordenação supranacional e integração dos países, porém há de se observar que após as independências ainda havia uma dependência econômica gigantesca, tanto do exterior quanto dos vizinhos, os quais não estavam preparados para ter recursos mais avançados, como por exemplo mão de obra especializada. Isto, porventura, priorizou ainda a exploração de recursos naturais das antigas colônias.

Dentro do contexto histórico da descolonização da África subsaariana deu-se de uma forma tardia e um tanto controlada, pois houve uma antecipação das potências colonizadoras, as quais conseguiram encaminhar processos de formação do estado mediante alguns acordos com as elites locais, explorando, assim, uma administração lentamente africanizada e deverás controlada. Os primeiros movimentos que almejam a independência despenderam mais energia neste processo, como Gana em 1957 e Guiné logo em seguida, e receberam o apoio de países socialistas. Já em 1960, o “ano das independências”, a maior parte dos países do continente tornou-se independente da França e da Grã-Bretanha de uma forma relativamente “pacífica”, paulatina e retraída, conforme tabela a seguir:

Tabela 3 - Independências na África Austral

Região	País	Nome Colonial	Ano	Colonizadores
África Austral	África do Sul	-	31/05/1910	Países Baixos e Grã-Bretanha
	Angola	-	11/11/1975	Portugal
	Botsuana	Bechuanalândia	30/09/1966	Grã-Bretanha
	Essuatíni	Suazilândia	06/09/1968	Grã-Bretanha
	Lesoto	Basutolândia	04/10/1966	Grã-Bretanha
	Malauí	Niassalândia	06/07/1964	Grã-Bretanha
	Moçambique	-	25/06/1975	Portugal
	Namíbia	África do Sudoeste	21/03/1990	Alemanha e África do Sul
	Tanzânia	Tanganyika e Zanzibar	27/04/1964	Alemanha e Grã-Bretanha
	Zâmbia	Rodésia do Norte	24/10/1964	Grã-Bretanha
	Zimbábue	Rodésia do Sul	18/04/1980	Grã-Bretanha

Fonte: elaborado com base em BENOT (1981).

Já nos anos seguintes mais uma leva de independências foram registradas: Serra Leoa (1961), Tanzânia (1961), Uganda (1962), Ruanda (1962), Burundi (1962), Quênia (1963), Gâmbia (1965), Botswana (1966) e Lesoto (1966).

Após este processo de independência os problemas africanos não foram resolvidos, mas sim tornaram-se ainda mais complexos diante da imposição de fronteiras artificiais, sem levar em consideração os grupos étnicos e linguísticos e a racionalidade geoeconômica como histórico-cultural (VISENTINI, 2012). Dessa forma, o Estado antecedeu a composição de uma ideia de nação. Além disso, não havia uma uniformidade linguística, mas sim diversos dialetos que conviviam concomitantemente e perpetuaram um histórico de analfabetismo. Vários conflitos foram estimulados pelos países colonizadores a fim de enfraquecer a concretização de uma união, levando à uma forma de coerção e dominação sobre as novas nações.

Por mais que houvesse uma “libertação” as amarras coloniais continuavam e continuam até hoje marcando uma relação que esboça dependência em um mundo globalizado. No tocante à relação econômica, pode-se observar como os vínculos de subordinação foram mantidos por meio de uma dependência externa estrutural, por mais que modernizados. Aliado a isto, tem-se a falta de profissionais, de investimentos e de tecnologia como bases de um sistema de subordinação, marcando uma economia controlada de fora por um domínio econômico-cultural e corrupção das elites (VISENTINI, 2012).

Na África do Sul, o apartheid, termo que significa separação de identidade, denominou um regime político que impôs a dominação de uma minoria branca sobre

uma maioria negra que perpenetrou a sociedade e sua organização até hoje. A segregação racial não só estava pautada em relações invisíveis de racismo, mas também constatada na Constituição. O uso da violência por meio da luta armada foi desencadeado pelo segregacionismo, pelo impedimento de movimentos anticoloniais que queriam a independência negra, e pelo direito da participação política. Configurando-se como meio de luta de emancipação anti-colonial que conseguia bater de frente com a relação de subordinação engendrada nas estruturas de poder importadas do colonialismo e pelas amarras invisíveis que persistem nas relações sociais e no sistema internacional.

No caso da África do Sul, o Congresso Nacional Africano (CNA), um movimento articulado e partido político, teve um papel preponderante na luta anti-colonial. Fundado em 1912, ganhou grande projeção no continente africano e no exterior como movimento de enfrentamento ao segregacionismo. Um dos seus principais líderes foi Nelson Mandela, o qual foi preso perpetuamente em 1964 após boicotes organizados contra o governo branco. Mandela foi libertado em 1990 após negociações internacionais e pressões locais e foi realizada a primeira eleição democrática tanto politicamente quanto racialmente. Contudo, equivoca-se aquele que presume que a resistência anti-colonial e anti-Apartheid se encerrou nesse ponto. Um novo embate de poder político nos anos de 1990 a 1994 surgiu na própria eleição presidencial entre o Congresso Nacional Africano (CNA) de Mandela e Inkatha Freedom Party (IFP) de origem zulu, liderado por Mangosuthu Buthelezi, apoiado pelo Partido Nacional (NP). Até hoje as lutas por liberdade seguem e se juntam às lutas internas pelo poder.

O surgimento dos MLN esteve intrinsecamente ligado ao fenômeno do colonialismo europeu, que atingiu seu auge nos séculos XIX e XX. As potências coloniais, incluindo o Reino Unido, França, Espanha e Portugal, exerceram controle sobre vastas áreas da África, Ásia e América Latina. A exploração de recursos naturais, a imposição de sistemas de governo estrangeiros e a negação dos direitos culturais e políticos às populações nativas criaram um terreno fértil para a resistência (ALEXANDER; MCGREGOR; TENDI, 2019).

A formação dos MLN frequentemente envolveu líderes carismáticos e intelectuais locais que desempenharam um papel fundamental na articulação das

demandas por independência. Figuras como Mohandas Gandhi na Índia e Patrice Lumumba no Congo desempenharam papéis cruciais na mobilização de seus respectivos povos. Eles inspiraram uma consciência nacionalista e lideraram esforços para resistir ao colonialismo.

Além disso, os MLN adotaram uma variedade de estratégias para alcançar seus objetivos. Alguns optaram por abordagens pacíficas, como a desobediência civil, enquanto outros recorreram à resistência armada. Organizações políticas e grupos armados, como o Congresso Nacional Africano (CNA) na África do Sul e o Exército de Libertação Nacional (FLN) na Argélia, desempenharam papéis cruciais na condução das lutas (BEREKETEAB (ed.), 2018).

A luta pela independência frequentemente contou com o apoio de governos estrangeiros e organizações internacionais. Durante a Guerra Fria, as superpotências, EUA e União Soviética, muitas vezes apoiaram movimentos de libertação nacional como parte de sua rivalidade global. A pressão internacional desempenhou um papel importante na persuasão das potências coloniais a conceder independência.

Os movimentos de libertação nacional alcançaram sucesso variado em suas lutas pela independência. Alguns conseguiram conquistar a autodeterminação de maneira relativamente pacífica, enquanto outros enfrentaram conflitos prolongados. A independência nem sempre trouxe estabilidade imediata ou prosperidade econômica para essas nações recém-formadas, resultando em desafios significativos no pós-independência.

Sendo assim, os MLN são um capítulo essencial na história global do século XX. Eles representaram a luta pela emancipação, justiça e autodeterminação de povos colonizados. A formação desses movimentos foi influenciada por uma interação complexa de fatores históricos, sociais e políticos, e seu legado perdura nas identidades nacionais, nas questões de desenvolvimento e nas dinâmicas geopolíticas contemporâneas. Estudar esses movimentos é essencial para uma compreensão completa da história moderna e dos desafios enfrentados pelas nações pós-coloniais.

3.2. O CASO DA ÁFRICA DO SUL: DO CONGRESSO NACIONAL AFRICANO (CNA) AO BRAÇO ARMADO UMKHONTO WE SIZWE (MK)

Nos séculos XV e XVI iniciou-se o caminho feito pelos portugueses para o litoral da África em busca de não só riquezas materiais, mas também pontos estratégicos para o comércio internacional da época e fonte de mão de obra escrava. Várias foram as expedições de “reconhecimento” por parte dos portugueses em primeira cena, junto a duas companhias, a Companhia Holandesa das Índias Orientais e posteriormente a das Índias Ocidentais na África ocidental.

Relatos portugueses da ocupação do território antes das Grandes Navegações observam a ocorrência de povos primitivos como os *Khoisan*, que eram em grande parte pastores e caçadores, e se organizavam em clãs. As primeiras relações baseiam-se no clientelismo entre criadores de gado e produtos de caça, relações estas que emanavam poder àquele que detinha de um rebanho maior. Além dos Khoisan, os bantos se destacavam pelo cultivo de alimentos e manejo do ferro para fazer instrumentos. Os sistemas de realocação de recursos, a ausência de feiras e mercados, juntamente com as comunidades de consumidores, eliminaram o espaço para escravidão e de práticas de comércio de seres humanos, que não encontraram lugar nessas sociedades (COSTA E SILVA, 2002).

Com a chegada dos europeus, em 1497 com Vasco da Gama, houve o primeiro contato com estes povos que não foi de maneira tão pacífica. Vasco aportou no Cabo e depois disso na bacia de Santa Helena e na baía de Mossel.

Imagem 3 - Mapa da Rota de Vasco da Gama



Fonte: Enciclopédia Britânica, 2003.

Porém, os portugueses se retiraram da região após concorrências com outras frotas, como inglesas, francesas e holandesas, e estabeleceram bases mais fáceis no Congo e em Moçambique. Deu-se que, no século XVII, o Cabo virou um ponto estratégico para ingleses e holandeses de passagem para as Índias, mas não só uso, também de escambo com os povos locais. Houve tentativas de estabelecimento de bases permanentes, mas estas não tiveram sucesso e fizeram eclodir conflitos contra os colonizadores de antemão.

Sendo assim, com a instalação das bases holandesas após sua guerra de independência foi feita no Cabo e em 1652 criou-se uma feitoria holandesa nas terras Khoikhoi (VISENTINI e PEREIRA, 2010). Isto fez com que houvesse relações desiguais e gerou uma exploração dos rebanhos e cultivos dos *Khoikhoi*, levando a conflitos e também na transformação dos agricultores em camponeses pastores, os *boers*. Assim transformando as instalações em um colônia de povoamento. Foi dessa forma que nos próximos anos houve cada vez mais conflitos tanto internos

entre clãs, quanto contra os holandeses. Entre 1679 a 1699 as terras foram sendo distribuídas para colonos europeus, tanto holandeses como alemães e franceses, o que propiciou o surgimento de uma população mestiça e do cerne de uma política segregacionista chamada *Apartheid*.

Dessa forma, a colonização da atual África do Sul deu-se extensivamente no século XVIII junto ao crescimento populacional e à reivindicação de direitos por parte dos imigrantes europeus. Porém, os boers detinham terras que eram mais próximas à costa e necessitavam da ampliação de sua produção. Para isso, começaram a expandir-se para a zona rural, o que resultou em conflitos diretos com os Khoisan. Estes conflitos foram letais tanto pelo uso de armas de fogo quanto pelas epidemias de tifo e varíola. Foi assim que, formou-se uma identidade paralela ao longo dos séculos XVIII a XIX: os *afrikaners*. Os afrikaners eram caracterizados por terem uma identidade integralmente discriminatória que levava em consideração aspectos religiosos calvinistas e baseava-se em uma estrutura socioeconômica patriarcal.

Portanto, pode-se dizer que a África do Sul sofreu um processo de colonização que relaciona três elementos: poder, terra e trabalho. Seguido de uma dominação britânica sobre os holandeses diante do encerramento da Companhia das Índias e da majoritária presença dos ingleses, ditando o novo ritmo do sistema capitalista colonial. Esse processo ocorreu com a exploração de minas de ouro e diamantes diante da Constituição da União Africana em meados de 1910.

O Congresso Nacional Africano (CNA), estabelecido em 1912, é o partido político mais antigo da África. Sua formação inicial teve como propósito a oposição à dominação branca, em particular a dominação *afrikaner*, após a África do Sul ter se tornado um domínio autônomo da Comunidade Britânica em 1910. Em 1948, o Partido Nacional, um partido de extrema-direita de viés nacionalista, que venceu as eleições, promovendo a política do *Apartheid*, que defendia a segregação racial e a supremacia da minoria branca. O governo, em 1950, implementou a Lei de Registo da População, que classificava a população em grupos raciais, levando o CNA a suspender qualquer cooperação com o governo. Dentre as políticas segregacionistas do Apartheid estava a segregação espacial, onde haviam hospitais com boas condições para os brancos e para os negros aqueles com pouca infraestrutura, além de bairros de qualidade para os brancos, enquanto os negros

viviam sem eletricidade e demandas básicas. No setor educacional, haviam proibições quanto ao ensino superior ser cursado por negros e separação no transporte público (AFRICAN NATIONAL CONGRESS, 2023). Dessa forma, ocorreu um movimento de impulso agressivo da população majoritária negra do país para áreas um pouco mais afastadas, os chamados bantustões. Essas regiões eram caracterizadas por concentrarem entidades estatais tribais com o propósito de manter a população negra afastada das áreas residenciais e terras destinadas aos brancos, ao mesmo tempo em que permaneciam suficientemente próximas para servir como fontes de mão de obra a baixo custo.

Durante a década de 1950, o CNA adotou uma variedade de táticas de resistência ao *Apartheid*, condenando a violência. Em 1955, na Conferência de Kliptown, o CNA proclamou sua "Carta da Liberdade", que afirmava a igualdade de direitos para todas as raças na África do Sul. Contudo, após o massacre de Sharpeville, em 21 de março de 1960, o CNA abandonou sua política não violenta. Logo após o incidente, tanto o CNA quanto o Congresso Pan-Africanista (PAC) foram declarados organizações ilegais em 5 de abril de 1960.

Após a proibição, o CNA operou clandestinamente na África do Sul, enquanto estabelecia escritórios em várias capitais ao redor do mundo. Em 1961, o CNA lançou o Umkhonto we Sizwe (Lança da Nação), seu braço armado. Inicialmente, suas ações foram direcionadas contra propriedades e infraestrutura, sem foco na perda de vidas humanas. Membros do Umkhonto we Sizwe foram enviados para treinamento de guerrilha no exterior e a organização foi proibida pelo governo em 10 de maio de 1963.

Em 1976, a liderança do Umkhonto we Sizwe incluía Joe Modise, Chris Hani e Joe Slovo. A organização alegou que 55.000 pessoas foram treinadas no "exército do CNA". A atividade de ataques na África do Sul aumentou na década de 1970, incluindo ataques contra as instalações de combustível SASOL I e SASOL II.

Em 30 de janeiro de 1981, o CNA sofreu um revés quando a sede de planejamento e controle da organização em Matola, Moçambique, foi destruída pelas Forças de Defesa Sul-Africanas (SADF). Os ataques organizados contra o CNA aumentaram significativamente em 1982. Durante a década de 1980, esquadrões de ataque sul-africanos visaram ativistas do CNA em países

estrangeiros como Moçambique, resultando em mortes notáveis de ativistas sul-africanos, como Ruth First, no país supracitado em 1982 e Dulcie Evonne September em Paris no ano de 1988 (AFRICAN NATIONAL CONGRESS, 2023).

Embora o governo sul-africano alegasse ter capacidade para lidar com as ameaças do CNA, seus esforços para desestabilizar os países vizinhos, como Moçambique, Lesoto, Suazilândia e Botsuana, frequentemente contradiziam essa afirmação.

O Acordo de Nkomati, celebrado em 1984 entre a África do Sul e Moçambique, teve repercussões significativas no cenário político sul-africano, particularmente para o Congresso Nacional Africano (CNA). Este acordo implicou a negação de facilidades de trânsito através de Moçambique ao CNA. Nelson Mandela, que, juntamente com seu colega Oliver Tambo, emergiu como um dos líderes mais destacados do CNA no início da década de 1960, sofreu a condenação à prisão perpétua em 1964, sob a acusação de traição. No entanto, a resposta de Mandela da prisão foi a de que o CNA havia recorrido à violência "apenas quando outras formas de resistência já não estavam disponíveis".

Uma reunião do CNA realizada em Kabwe, na Zâmbia, em junho de 1985, resultou na adoção de uma política que envolvia o assassinato de conselheiros de polícia e outros colaboradores, abandonando, assim, a política anterior de evitar ataques a pessoas, focando apenas em objetos inanimados. Nessa mesma reunião, o CNA também tomou a decisão de eleger não-negros para o seu comitê executivo nacional, incluindo Joe Slovo.

Oliver Tambo, que havia organizado a fuga do CNA da África do Sul no início da década de 1960, com o objetivo de angariar apoio internacional para o CNA, enquanto Mandela permanecia para liderar a resistência interna, atuou como presidente do CNA. Em uma conferência de imprensa realizada em Lusaka, Zâmbia, em janeiro de 1986, Tambo anunciou um aumento nas ações políticas e militares do CNA, incluindo a organização de "unidades de massa" entre a população local na África do Sul (AFRICAN NATIONAL CONGRESS, 2023).

Em 19 de maio de 1986, unidades das Forças de Defesa Sul-Africanas (SADF) realizaram ataques a alvos do CNA no Botswana, Zâmbia e Zimbábue. Esse exercício foi deliberadamente conduzido para minar os esforços do Grupo de

Pessoas Eminentes da Commonwealth (EPG), que estava na África do Sul na época, buscando facilitar um diálogo entre o governo e a maioria negra. O Presidente do Zimbábue, Robert Mugabe, afirmou que tais ataques não deteriam o apoio de seu país ao CNA.

Em 15 de janeiro de 1987, em uma transmissão de Addis Abeba na Etiópia, Tambo anunciou que o CNA havia estabelecido "organizações democráticas de massa" dentro da África do Sul, incluindo comitês de rua, a Confederação dos Sindicatos Sul-Africanos (COSATU), a Frente Democrática Unida (UDF), o Comitê Nacional de Crise da Educação (NECC) e várias entidades afiliadas. Tambo conclamou os "jovens leões da nossa luta revolucionária" - os camaradas - a agirem como uma "força revolucionária disciplinada". Conforme a agitação política na África do Sul crescia no final da década de 1980, o CNA publicou, em 9 de agosto de 1988, suas "Diretrizes Constitucionais para uma África do Sul democrática", resultado de dois anos de discussão e revisão da Carta da Liberdade de 1955 (AFRICAN NATIONAL CONGRESS, 2023).

A celebração do 70º aniversário de Nelson Mandela, em junho de 1988, gerou comemorações em todo o mundo e um apelo por sua libertação. Em 1989, o presidente P. W. Botha renunciou e foi sucedido por F. W. de Klerk. De Klerk logo compreendeu que a única abordagem viável para a África do Sul seria a negociação com o CNA e outros partidos e organizações africanas. Em 2 de fevereiro de 1990, de Klerk revogou a proibição do CNA e de outros 32 grupos de oposição radical, e, em 11 de fevereiro, Mandela foi libertado incondicionalmente. Em 13 de dezembro de 1990, Oliver Tambo retornou à África do Sul após três décadas de exílio. De fevereiro de 1990 a abril de 1994, o CNA consolidou sua posição como o principal partido político na África do Sul, emergindo como o principal interlocutor nas negociações com o governo. Nas eleições de abril de 1994, o CNA obteve 62,7% dos votos, com o Partido Nacional obtendo 20,4%, o Partido da Liberdade Inkatha 10,5%, a Frente da Liberdade 2,2%, o Partido Democrata 1,7%, o PAC 1,2% e o Partido Cristão Africano 0,5%. Nelson Mandela tomou posse como presidente da África do Sul em 10 de maio de 1994, e o CNA dominou o governo de unidade nacional até a saída do Partido Nacional em 1996 (AFRICAN NATIONAL CONGRESS, 2023).

Na representação feminina do CNA está a Liga das Mulheres do Congresso Nacional Africano (CNAWL, em inglês). Sua origem vem da Liga de Mulheres Bantu que foi formada em 1943, seu objetivo era *“unir as mulheres africanas contra as leis de aprovação, o aumento dos preços dos alimentos”* e as formas de discriminação da época (Myakayaka-Manzini). Antes disso, o CNA não aceitava mulheres em sua composição, detonando de uma perspectiva opressiva de gênero, mesma na luta contra opressões de raça e classe. Contudo, as primeiras lutas que motivaram as mulheres a se juntarem e irem para as ruas foram lutas sobre habitação, violência doméstica e desemprego, por exemplo.

Além disso, inúmeras organizações paralelas foram criadas para reunir as mulheres e discutir assuntos familiares como educação e condições de vida, passos largos para a sociedade africana, formando assim, estruturas sociais. Neste período de resistência acentuada contra o Estado, as mulheres desempenharam um papel crucial, não apenas dentro da África do Sul, mas também como membros do CNA, que operava clandestinamente fora das fronteiras nacionais. Algumas delas, como Lindiwe Sisulu, foram tão longe a ponto de se integrarem no braço armado do CNA. Após sua libertação de detenção, ela ingressou no Umkhonto we Sizwe, onde recebeu treinamento militar e, posteriormente, se especializou em atividades de inteligência. Dessa forma, nota-se que a participação das mulheres nos MLN vai para além de uma luta de emancipação anti-colonial. A organização política pressupõe lutas pelas opressões de gênero, de classe e de raça em um contexto sul-africano segregacionista.

3.3. SÍNTESE DO CAPÍTULO

De maneira geral observa-se como as fragilidades estruturais dos Estados Africanos, e em especial da África do Sul entravam no desenvolvimento econômico, isto porque consegue-se a independência, mas perpetua-se um histórico de dependência econômica brutal que determina o curso de muitos eventos que aconteceram e acontecerão na África do Sul. É muito importante ressaltar que o contexto histórico, especialmente africano deste trabalho, tem como parte fundamental do entendimento africano de hoje e das estruturas sociais tanto exógenas quanto endógenas que compõem a concepção estatal africana e a

identidade de um povo, e especialmente das mulheres africanas. No próximo, e final, capítulo analisaremos um pouco da representação desse movimento através de cartazes da época, a fim de ilustrar e verificar uma Análise de Discurso de base reflexivista, analisando a construção de sentidos e práticas.

4 A ATUAÇÃO DAS MULHERES NOS MOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO NACIONAL AFRICANOS E SUL-AFRICANO

O terceiro capítulo desta monografia compreende a análise da atuação das mulheres nos Movimentos de Libertação Nacional (MLN) africanos por meio da análise de discurso de cartazes que relacionam a luta de emancipação anti-colonial e as reivindicações interseccionais entre gênero, raça e classe no contexto sul-africano. Para isso, de partida, analisa-se como os movimentos organizados de mulheres iniciaram sua trajetória de luta considerando fatores endógenos e exógenos de influência (seção 4.1.). Em um segundo momento, analisa-se a presença das mulheres dentro do braço armado, em intersecção com a violência e sua definição (seção 4.2.). Por último, mas não menos importante, situa-se a análise crítica de discurso (Van Dijk, 2012), buscando analisar a definição de violência e a representação das mulheres nos cartazes do Congresso Nacional Africano (CNA) e do Umkhonto We Sizwe (MK) (seção 4.3.).

4.1. OS MOVIMENTOS ORGANIZADOS DE MULHERES NA ÁFRICA DO SUL E SUA TRANSNACIONALIDADE

A história dos movimentos organizados de mulheres na África é uma história de resistências. Resistências no plural que juntas detonam de um processo de identidade política junto ao legado do Apartheid nos movimentos de libertação em um país em ebulição como a África do Sul no contexto da luta pela independência. Tomando como exemplo as eleições de 1994, observa-se que a representação de mulheres em cargos políticos foi de 2,4% nas estimativas, para 26% na concretização das eleições. Já nas eleições de 1999 o aumento foi um pouco maior, apesar de não ser tão expressivo, tendo 29,8% de cargos sendo ocupados por mulheres (BALLINGTON, 2002). Esses espaços que são preenchidos nos dias atuais demonstram antecedentes num longo processo de luta e mobilização junto às lideranças dos partidos para garantir ações afirmativas de gênero através de poder, influência e até mesmo de violência.

Apesar disso, é importante levar em consideração que a libertação nacional teve precedência na maior parte do mundo, e na África do Sul não foi diferente. Estudos que falam sobre o papel do movimento das mulheres ainda são escassos e contraditórios. A narrativa dominante nos estudos de gênero em desenvolvimento comparado é que as mulheres eram deixadas de fora da fase de consolidação e consequentemente não ocupavam cargos após o processo de democratização (WAYLEN, 1994; NELSON e CHOWDHURY, 1994). Contudo, novas pesquisas demonstram que a influência das mulheres e de seus movimentos influenciaram na consolidação do Estado, da democracia e da paz (BROWN et al. 2002, p. 72). Como afirma Lindiwe Zulu, hoje ministra do Desenvolvimento Social da África do Sul e na época da declaração deputada do CNA:

Quando o processo de negociações liderado pelo CNA começou em 1994, as mulheres não estavam envolvidas – não por falta de vontade da sua parte, mas porque os negociadores não consideravam necessário envolver as mulheres. Isto não era novidade para as mulheres, porque tínhamos visto o mesmo processo no Zimbabué, em Angola e em Moçambique. (1998, p. 148)⁶

⁶ No original: “When the negotiation process led by the ANC began in 1994, women were not involved—not due to their lack of willingness but because the negotiators did not deem it necessary to include women. This was not new for women, as we had witnessed the same process in Zimbabwe, Angola, and Mozambique.”

Havia um foco no feminismo estatal não só localmente, mas também no que já tinha sido feito nos arredores, filtrando seus erros e acertos para diferentes movimentos em diferentes países da África. Apesar disso, há de se considerar que o viés etnocêntrico ainda perpetua muitos mitos e a falta de registros históricos e pesquisas verificáveis, especialmente em relação ao período pré-colonial, torna essa tarefa um tanto difícil, como observado por Oyewumi: “Se a discussão se concentra em história ou falta de história..., fica claro que o Ocidente é a norma pela qual os africanos continuam a ser medidos por outros e, muitas vezes, por eles mesmos” (1997, p. 17-18).

Goldblatt e Meintjes argumentam que o colonialismo e posterior Apartheid contaram com hierarquias tanto raciais quanto de gênero: “O patriarcado estava incorporado na estrutura social do Apartheid de maneiras particulares e significava que mulheres e homens de diferentes origens raciais, de classe e culturais experimentavam a vida de maneira muito diferente” (1998, p. 29–30). Além das hierarquias impostas pela religião e pelo capitalismo, as quais modificaram tanto a esfera privada quanto pública e sua ocupação pelas mulheres.

As mulheres foram pioneiras ao levar a luta anti-Apartheid para uma fase de ação em massa e mobilização nacional, superando em muito seus colegas masculinos em prontidão. No entanto, é importante observar que as posições de liderança oficial em todos os partidos políticos eram amplamente dominadas e praticamente monopolizadas por homens.

A violência também estava no centro da tentativa colonial de subjugar as nações africanas, e as mulheres enfrentavam uma camada adicional de exploração sexual pelas mãos das autoridades coloniais. A conquista de terras estava intimamente ligada à violação das mulheres na África, e essa estratégia persiste hoje nos casos de estupro étnico encontrados em Ruanda e Sudão, por exemplo. Pelo menos agora é evidente que a conquista, autoridade e governança coloniais constituíram *“um processo simultaneamente violento e de gênero, explorando divisões sociais preexistentes dentro da cultura africana... [e resultando em] uma maior vulnerabilidade das mulheres africanas”* (MAMA, 1996, p. 48). Muitas condições patriarcais indubitavelmente existiam antes da colonização, mas esses

padrões foram agravados por instituições impostas externamente nas esferas política, econômica, educacional e religiosa.

Cock afirma que o apartheid fez mais do que separar as raças; ele serviu para *"manter os negros em uma posição subordinada... [em] cinco áreas críticas: direitos políticos, direitos de propriedade e residência, emprego, educação e renda"* (1980, p. 232).

Com a imposição de hierarquias de gênero advindas de um nacionalismo branco, houve a afirmação forçosa do papel da mulher como mãe e esposa, retirando seu papel no espaço público. Há de se considerar também o papel da mulher branca dentro desse contexto, que ajudou na luta até onde o seu privilégio falou mais alto no contexto segregacionista sul-africano. Como afirma Cock, *"enquanto mulheres negras e brancas são sujeitas à discriminação com base no sexo, o sistema de dominação racial oferece às mulheres brancas mecanismos de escape dessa estrutura de restrições"* (p. 240-41).

Existiram duas gerações de organizações de mulheres na África do Sul: uma de mulheres como mães (1940-1970) e outra de expansão de identidades (1970-1990). Elas não se diferenciam somente pela ordem cronológica, mas também pelas suas lutas e métodos (SIDERIS, 2001; LODGE, 1983; BERNSTEIN, 1990). A primeira geração de organizações de mulheres esteve mais centrada em pautas que eram necessidades e demandas imediatas. Foi assim uma luta para reforçar seu papel de mulher da casa, podendo ser rotulada como uma militância conservadora. Daí vem a nomeação de "mães da nação" diante de uma identidade tradicional (Marks e Trapido 1987). Diante disso, em 1954 surgiu a Federação de Mulheres Sul-Africanas (em inglês, FEDSAW), sendo justamente parte da voz, acima das hierarquias de classe e raça, mães. Uma das primeiras lutas junto com Liga de Mulheres do Congresso Nacional Africano (em inglês, CNAWL) foi justamente contra as leis de passe, que exigia que os negros na África do Sul portassem uma caderneta na qual estava registrado onde podiam ir. Segundo Kemp et al.:

Apesar do desencorajamento por parte dos camaradas masculinos, a CNAWL e a Federação das Mulheres Sul-Africanas (FEDSAW) lideraram essa campanha, utilizando técnicas de ação em massa, incluindo a histórica marcha de vinte mil mulheres até o Union Building em Pretória

para apresentar suas demandas. Este é um número extraordinário, considerando a falta de infraestrutura de transporte, a repressão do Estado e a resistência enfrentada pelas mulheres em casa. (Kemp et al. 1995, 136–137)⁷

Além disso, pautas como a educação de negros e negras e posteriormente de violência doméstica foram incorporadas, trazendo diferentes mulheres à luta em 1990.

Outra organização de mulheres de primeira geração foi o *“The Black Sash”*, a qual não era submetida ao CNA, mas foi reconhecida por Nelson Mandela em seus discursos. Formada em 1955, foi composta principalmente por mulheres brancas, que buscava combater as políticas de Apartheid implementadas pelo governo sul-africano. O nome *“Black Sash”* refere-se às faixas pretas que as participantes usavam durante seus protestos e ações.

Essa organização foi fundada por mulheres brancas preocupadas com as injustiças sociais e raciais causadas pelo Apartheid. Elas protestavam contra as leis discriminatórias, ofereciam apoio prático aos afetados e usavam sua posição social privilegiada para chamar a atenção para as injustiças do sistema. As atividades do Black Sash incluíam monitorar julgamentos, oferecer ajuda legal, e lutar pelos direitos humanos e igualdade racial. Elas desempenharam um papel fundamental na conscientização internacional sobre a situação na África do Sul e na promoção dos direitos humanos. Ao longo dos anos, o The Black Sash foi uma voz importante na resistência ao apartheid, e muitas de suas integrantes desempenharam papéis significativos no movimento anti-Apartheid.

Já na segunda geração de organizações de mulheres observa-se um movimento de expansão de identidades, por meio do qual as lutas foram sendo não só das grandes cidades, mas também se atentando a preocupações locais (Kemp et al., 1995). Quanto à expansão, verifica-se não uma fuga dos papéis domésticos e maternos, mas sim uma abertura para a luta dentro de espaços como a classe trabalhadora, militares e demais ambientes nos quais a mulher já estava inserida e pode ter voz para expressar uma concepção de mulher ampla e plural. Um exemplo

⁷ No original: *“Despite the discouragement of male comrades, the CNAWL and the Federation of South African Women (FEDSAW) led this campaign, utilizing mass action techniques, including the historic march of twenty thousand women on the Union Building in Pretoria to present their demands. This is an extraordinary number considering the lack of transportation infrastructure, the repression of the state, and the resistance women faced at home.”*

disso é uma das membras do CNA, Thandi Modise, a qual constata que *“I’m a guerrilla because I’m a mother”* (COCK, 1991, p. 153).

A escalada da violência deu-se a partir do aumento do nível de repressão feita pelo Estado. Apesar disso, o conflito nunca escalou para uma guerra civil. Houveram fases em que os alvos eram prioritariamente estatais, ou seja, repartições públicas. Sendo assim, observa-se que a violência virou parte da interação social contra medidas extremas advindas do sistema. Como observado por Goldblatt e Meintjes durante este período,

(...) as construções militarizadas de masculinidade e feminilidade tornaram-se mais pronunciadas... era sabido que as mulheres eram soldadas e comandantes. As mulheres cada vez mais se envolviam na violência que crescia em toda a África do Sul, seja como ativistas, seja como vítimas indiretas. (1998, p. 31)

Aqui destaca-se a participação de mulheres nos braços armados, e em especial no MK por parte do CNA.

4.2. DO CONGRESSO NACIONAL AFRICANO (CNA) AO UMKHONTO WE SIZWE (MK): ANALISANDO A RELAÇÃO ENTRE VIOLÊNCIA E GÊNERO

Segundo Nelson Mandela e demais representantes do CNA, a violência nunca foi um dos meios para atingir os objetivos do partido. Contudo, a partir do momento em que a violência do Estado e de seu regime segregacionista ultrapassou os limites e envolveu mortes de civis, a cena se reestruturou. Foi no dia 1º de março de 1960 que ocorreu o Massacre de Shaperville, que dá nome à cidade em que aconteceu o ocorrido. Mais especificamente o fato ocorreu em uma das *“Township”*, expressão utilizada para caracterizar áreas residenciais da África do Sul que eram habitadas por populações negras e pardas, ou de origens não europeias. Elas se desenvolveram ao longo do processo de segregação urbana e social que caracterizou a maior parte do século XX, tendo colocado essas populações ao lado, mas não tão perto dos centros das cidades, pautando mais um tipo de segregação social.

Neste massacre, mais de 60 pessoas foram assassinadas e mais de 180 pessoas foram feridas em um ataque comandado pelas forças do Estado na África

do Sul diante de um protesto pacífico feito pelo Congresso Pan-Africano (CPA). Aqui observou-se uma política segregacionista violenta em três diferentes formas: (a) o Apartheid em si configura-se como base de uma violência estrutural endossado pela (b) crença em uma “raça superior” e calcado em preceitos coloniais de opressão ao Outro, advindo, então de uma (c) perspectiva de violência cultural. Ademais, toda essa abordagem de violência legitimou a violência direta que teve seu ápice no Massacre de Sharpeville, mas que já assolava a população negra sul-africana diante das leis que os forçaram a aceitar medidas de isolamento, exclusão e negligência antes mesmo da força física ser empregada (GALTUNG, 1969). Portanto, observa-se a fronteira visível e invisível das formas de violência utilizadas como forma de opressão na África do Sul. Um dos líderes do CNA, Samuel Masabalala, fez uma declaração sobre o ocorrido: “(...) E quantos mais Sharpevilles o país suportaria antes que a violência e o terror se tornassem a ordem do dia?” (EVANS, 2017).

Foi assim que, no dia 15 de dezembro de 1961 ocorreu o primeiro ataque com bombas em Durban e nos dias seguintes em Joanesburgo e no Porto Elizabeth. O meio de comunicação mais utilizado para fomentar a luta foram justamente os cartazes, objeto de análise da terceira seção deste capítulo. Muitos deles indicavam que havia somente duas escolhas a se fazer: submeter-se ou lutar pelos direitos, pelo povo e pela liberdade da África do Sul. Sendo assim, a análise dos mesmos será feita logo mais.

Uma das primeiras chamadas em rede nacional ocorreu no dia 26 de junho de 1963 e foi feita por Walter Sisulu, um dos grandes opositores do Apartheid e marido de Albertina Thethiwe, posteriormente uma das presenças femininas preponderantes do MK, declarou que:

Diante da violência, os homens que lutam pela liberdade tiveram que responder à violência com violência. Como poderia ser diferente na África do Sul? Mudanças devem acontecer. Mudanças para o melhor, mas não sem sacrifício. Seu sacrifício. Meu sacrifício. (EVANS, 2017, p. 84)⁸

⁸ No original: “*In the face of violence, men struggling for freedom have had to meet violence with violence. How can it be otherwise in South Africa? Changes must come. Changes for the better, but not without sacrifice. Your sacrifice. My sacrifice.*”

Foi assim que o CNA, que desde o princípio adotou uma estratégia pacífica, desembocou em uma política mais agressiva. Antes disso, a história de luta passou por mais de 50 anos nos quais o resultado foi mais repressão ao povo. Sendo assim, para não perder o movimento e suas motivações para a luta de emancipação pós-colonial, além de não tornar o conflito maior em sua escala podendo resultar em uma guerra civil com muitas mortes, admitiu-se a violência como parte do cenário político e optou-se pela utilização dela como movimento articulador, apesar do custo iminente destas ações e do curso posterior.

Dessa forma, Nelson Mandela, uma das principais lideranças do movimento anti-Apartheid e marido de Winnie Madikizela-Mandela, uma das mulheres que encabeçaram a luta violenta, declarou no dia 20 de abril de 1964 durante a declaração do banco dos réus durante o Julgamento de Rivonia, no Supremo Tribunal de Pretória, um pouco sobre as ações do MK:

Quatro formas de violência eram possíveis. Havia sabotagem, guerra guerrilheira, terrorismo e revolução aberta. Optamos por adotar o primeiro método e esgotá-lo antes de tomar qualquer outra decisão. (EVANS, 2017, p. 92)⁹

São elas opressões não diretas que influenciam na dinâmica social e política, especialmente quando falamos de gênero, raça e classe.

Estas rebeliões foram em sua maioria arquitetadas quando houve um vácuo de poder após as prisões dos líderes do CNA. Deve-se pontuar que os cargos de liderança do movimento foram ocupados por mulheres que na maioria das vezes eram as esposas dos antigos líderes e já participavam de uma vida política. Uma das expoentes dessas lutas foi Winnie Madikizela Mandela, a qual sempre esteve presente acompanhando o partido e as decisões tomadas. Muitos estudos retratam como Winnie usou de seu espaço para introduzir o debate de gênero dentro do CNA e junto às mulheres, usando-o como um recurso político (HASSIM, 2018). Ainda, Winnie foi uma das apoiadoras do conflito violento contra o Estado segregacionista, negando muitas negociações políticas. Tornou-se, dessa forma, esposa de Nelson Mandela em 1958 e ativista política em 1964.

⁹ No original: “Four forms of violence were possible. There is sabotage, there is guerrilla warfare, there is terrorism, and there is open revolution. We chose to adopt the first method and to exhaust it before taking any other decision.”

Winnie foi considerada a “mãe da nação” devido à suas lutas que, em um primeiro momento conciliavam uma luta anti-Apartheid nos preceitos do CNA moldada em negociações pacíficas e defendendo a maternidade. Porém, quando ocorre uma virada de chave e ela passa a defender e participar da vida política e defender uma forma de violência mais direta ocorre um rompimento com o conceito de “mãe da nação” e observa-se a criação e disseminação de uma visão midiática de vilã e de mulher demonizada (HASSIM, 2018). Infelizmente, observa-se como a visão de violência e de mulher personificadas são amplamente demonizadas por não corresponderem a um padrão socialmente aceitável do papel da mulher. Sendo assim, uma exceção à regra que deve ser afastada.

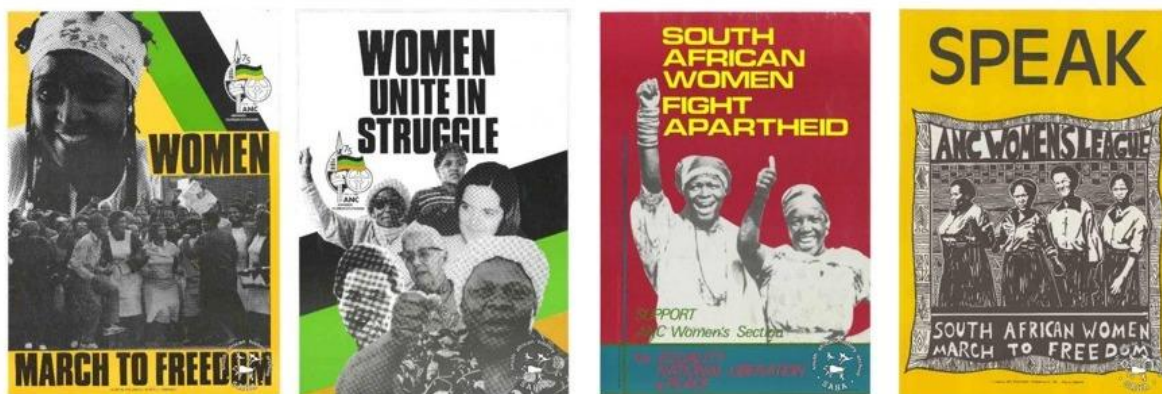
A seguinte análise, busca evidenciar a relação entre violência e a representação das mulheres no CNA e no MK, observando os aspectos maternais e a integração da violência nos cartazes de articulação dos MLN, buscando situá-los como parte de um discurso do Sul-Global para o Sul-Global.

4.3. O UMKHONTO WE SIZWE (MK) E A REPRESENTAÇÃO DA MULHER NOS CARTAZES

De início, visa-se explorar como a Análise de Discurso (AD) é articulada. Sendo assim, a AD advém de uma perspectiva reflexivista a qual se baseia mais na transparência do processo do que na neutralidade em si, ligada ao interpretativismo das Ciências Sociais. Figura-se como uma perspectiva mais epistemológica que relaciona o discurso com a construção de sentidos e práticas por meio de camadas discursivas (NEUMANN, 2008). Dessa forma, baseando tanto no capítulo um (1) quanto no capítulo dois (2) desta monografia, os quais dão, respectivamente, um panorama teórico e contextualmente histórico, objetiva-se analisar a construção histórica, sua contextualização e as dinâmicas de poder que a envolvem, fundamentando uma análise que parte da escola francesa de perspectiva crítica (VAN DIJK, 2012). Tendo como objetivo comum o mapeamento de conjuntos de representações sociais politicamente engajadas. Ressalta-se que a contextualização figura-se como parte da AD, fazendo com que esta seja mais completa e coerente com a história e não uma parte replicável e racionalista.

Conforme Meschonnic (1982/2009) argumenta, uma antropologia histórica da linguagem tem suas bases em Saussure, Benveniste e Humboldt. Isso implica que a linguagem desempenha um papel fundamental na formação dos sujeitos, da sociedade e da cultura. Articulando, assim, os MLN como parte integrante não só da formação do Estado e de sua independência, mas também na formação dos movimentos organizados de mulheres. Como elemento de linguagem, analisa-se aqui o discurso dos cartazes que impulsionam a mobilização política, tanto do CNA quanto do MK. Optou-se analisar os cartazes levando em consideração a representação feminina e sua representação de violência. De primeiro momento utiliza-se a definição da Primeira Geração do Movimentos de Mulheres que trata de uma concepção maternal, tendo as mulheres como atoras e, posteriormente analisa-se a mudança tendo as mulheres da segunda geração uma atuação de agentes políticas dentro do modo organizacional e hierárquico-militarizado do CNA e do MK.

Imagem 5 - Montagem de Cartazes do CNA e da Liga de Mulheres



Fonte: Arquivo Histórico da África do Sul (2023).

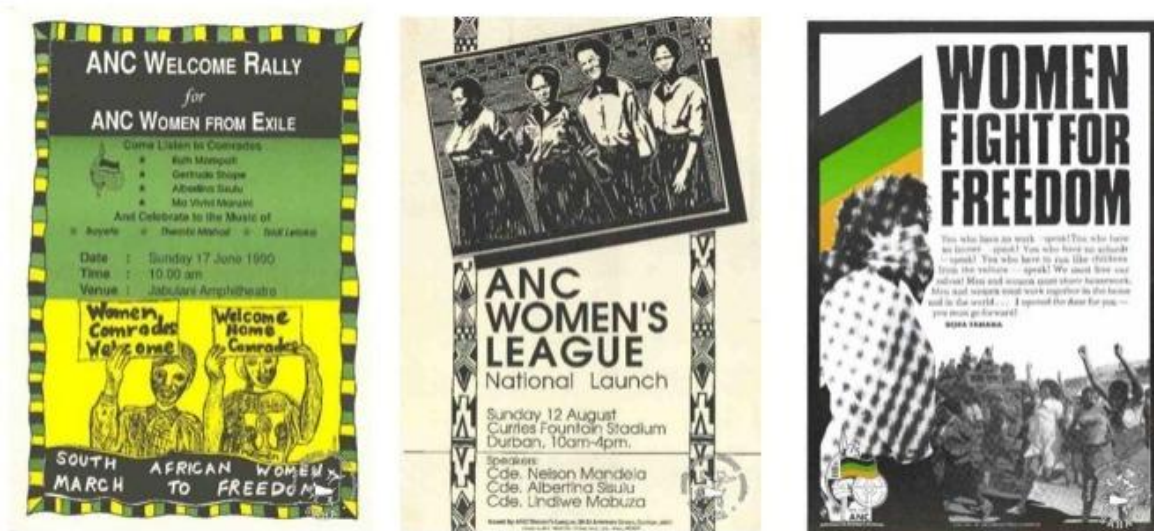
Em um primeiro momento, observam-se algumas representações de mulheres feitas pelo CNA e suas camadas discursivas em 1960. Nos cartazes acima temos respectivamente: (a) O primeiro cartaz é uma litografia offset A2. Ele apresenta uma fotografia de Winnie Mandela e uma fotografia de mulheres marchando. O texto principal diz: "Mulheres marcham para a Liberdade"; (b) O segundo cartaz é uma litografia A2 em preto, branco, verde e amarelo. Ele

apresenta uma fotomontagem de líderes mulheres e o logotipo do CNA. O texto diz: "Mulheres unidas na Luta"; (c) O terceiro é um cartaz A2 em preto e cinza sobre vermelho. Ele apresenta uma fotografia em preto e branco de duas mulheres com os braços levantados. O texto diz: "Mulheres Sul-Africanas Lutam Contra o Apartheid: Apoie a Seção de Mulheres do CNA: pela Igualdade, Libertação Nacional e Paz"; e (d) E, o quarto cartaz é serigrafado em preto, branco e amarelo. Ele apresenta uma xilogravura de 4 mulheres cercadas por uma borda amarela. O texto diz: "Fale: Liga das Mulheres do CNA: Mulheres Sul-Africanas Marcham para a Liberdade". Portanto ressalta-se como a representação das mulheres é sempre feita nas cores preta e branca, dando destaque a identificação do partido e de suas cores. Outra equivalência é a palavra "mulheres em seu plural, a qual detona de uma ótica de inclusão das mais diversas forças na luta de libertação e anti-Apartheid. Contudo, no decorrer dos cartazes observa-se a pontuação da posição da mulher sul-africana como parte representativa do movimento, sendo uma pontuação do local situado e do local discursivo destas mulheres.

Observa-se que os cartazes analisados em sua maioria são compostos pelas cores do movimento sul-africano: verde, amarelo e preto. Neles as mulheres são retratadas em uma militância pacífica, nos moldes do CNA e de sua cultura de diálogo compartilhado. Sendo assim, representadas por mulheres importantes do movimento de libertação, como Winnie Mandela. Observa-se, ainda, a construção de uma percepção de imagem da militância maternalista, retratando a mulher como atora da luta de emancipação anti-colonial. Vale ressaltar que os sujeitos enunciadore advém do próprio CNA, que nas fases iniciais foi articulado majoritariamente por homens como Nelson Mandela e Walter Sisulu. Dessa forma, observa-se que as condições de emergência do discurso vem de uma ótica de revolução pacífica e inclusiva por parte do movimento.

Nesse contexto, relacionam-se táticas chamadas de "maternidade combativa" como estratégia de luta. Nelas as mulheres, tanto brancas como não-brancas, utilizavam-se de sua posição como mães e esposas, papéis tradicionais e "aceitos" da sociedade a fim de organizar-se e chegar a objetivos revolucionários dentro das condições do Apartheid (KIMBLE; UNTERHALTER, 1982).

Imagem 6 - Montagem de Cartazes CNA e Liga das Mulheres



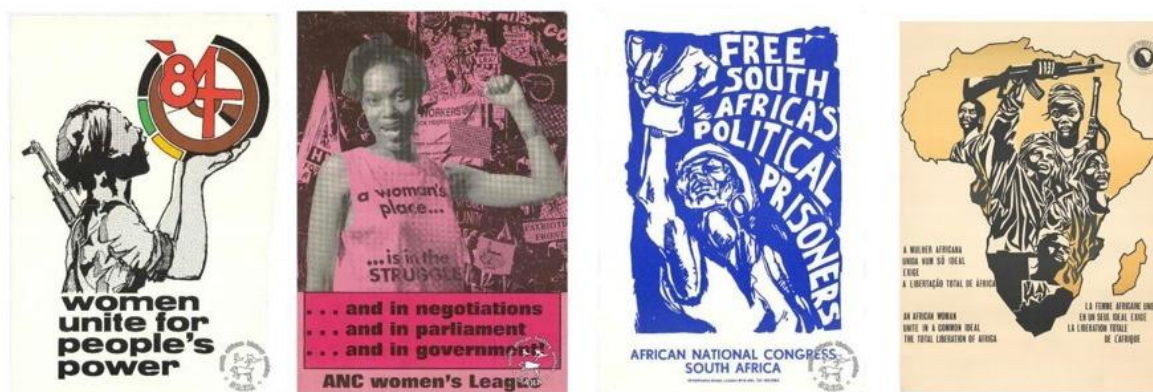
Fonte: Arquivo Histórico da África do Sul (2023).

Neste segundo bloco, ainda observa-se a característica de uma luta pacífica e controlada através de reuniões e manifestações a partir de 1990. Os cartazes são assim dados: (a) Este pôster é uma litografia offset em preto, verde e amarelo. O texto diz: "Recepção de Boas-Vindas do CNA para as Mulheres do CNA do Exílio". (b) Este pôster é uma litografia offset em preto e branco. O pôster inclui uma fotografia de quatro mulheres (a fotografia foi manipulada para parecer um desenho). O texto diz: "CNA: Liga das Mulheres: Lançamento Nacional: Domingo, 12 de agosto: Estádio Curries Fountain: Durban, 10h-16h: Palestrantes: Cde Nelson Mandela: Cde Albertine Sisulu: Cde Lindiwe Mabuza: Emissão da Liga das Mulheres do CNA, 20 St Andrews Street, Durban, 4001: Impresso por ART PRINTERS - 73 Beatrice St., Dbn. - Telefone: 3094272"; e (c) Este é um pôster A2 em preto, branco, verde e amarelo. O pôster inclui fotografias de mulheres protestando e uma fotografia de uma mulher militante com o rosto coberto por um lenço. O logotipo do CNA também está presente. O texto principal diz: "Mulheres lutam pela liberdade". O pôster também inclui uma citação de Dora Tamana: "Você que não tem trabalho - fale! Você que não tem escolas - fale! Você que tem que correr como galinhas dos abutres - fale! Devemos nos libertar! Homens e mulheres devem compartilhar as

tarefas domésticas. Homens e mulheres devem trabalhar juntos em casa e no mundo... Eu abri a porta para você - você deve avançar!".

Com a inclusão das mulheres nas experiências organizacionais internas do CNA, observa-se a inclusão de debates teóricos por meio de reuniões, para assim articular a organização dos movimentos de mulheres. Um exemplo disso é a Liga de Mulheres do CNA, a qual foi um importante movimento de inclusão das pautas de gênero na agenda do partido e, somando as mulheres na luta geral de libertação africana. Dessa forma, observa-se um movimento de abertura ao debate perante o aumento da influência das mulheres, as quais acompanhavam os seus maridos que eram os chefes atuantes do partido. Sendo assim, as camadas discursivas aqui, carregam mais informações pontuais sobre reuniões e ordens revolucionárias a favor de medidas que garantam mais direitos às mulheres não só na luta de libertação sul-africana, mas também na tomada de consciência sobre o ser mulher dentro de uma sociedade patriarcal colonialista que apesar de contestada ainda vive e se legitima dentro das instituições e relações familiares.

Imagem 7 - Montagem de Cartazes: Luta e Resistência

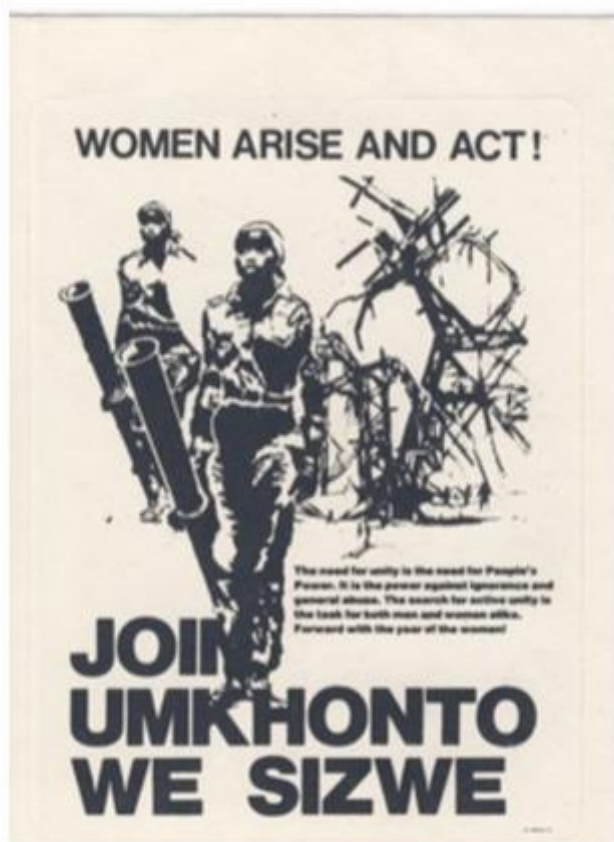


Fonte: Arquivo Histórico da África do Sul (2023).

Aqui, observa-se uma virada representativa pós 1993. Na sequência os cartazes retratam as seguintes imagens e dizeres: (a) Este pôster é uma litografia offset em vermelho, verde e marrom. A imagem mostra uma mulher vestida com trajes militares e com uma arma nas costas segurando um logotipo nas mãos (possivelmente o logotipo modificado do CNA). O texto diz: "Mulheres Unidas pelo

Poder Popular '84"; (b) Este pôster é uma litografia offset em preto e rosa. A imagem inclui uma fotografia de uma mulher com o punho erguido sobreposto a um desenho e colagem de manifestantes. O texto diz: "O lugar de uma mulher... ... é na LUTA ... e nas negociações ... e no parlamento ... e no governo!: Liga das Mulheres do CNA". (c) Este pôster é um pôster A3 em azul. A imagem é de uma mulher com o punho erguido, segurando uma corrente quebrada. O texto diz: "Libertem os prisioneiros políticos da África do Sul: Congresso Nacional Africano: África do Sul"; e (d) Este pôster é uma litografia offset em preto, branco e amarelo. Observa-se na imagem mulheres com armas nas mãos, observa-se o mapa do continente africano como base e dois dos futuros Estados, Namíbia e África do Sul em preto. O texto diz em três línguas diferentes (português, francês e inglês): "A mulher africana unida num só ideal exige a libertação total de África."

Imagem 8 - Cartaz do Braço Armado MK



Fonte: Arquivo Histórico da África do Sul (2023).

Este cartaz retrata especificamente mulheres com armamento pesado e a destruição de redes de energia elétrica, como parte das estratégias de sabotagem do MK. Nele está escrito na parte superior: “Mulheres, levantem-se e ajam!” e na parte inferior: “Junte-se ao Umkhonto we Sizwe”. Infelizmente o texto ao lado da imagem ficou ilegível.

Sendo assim, nesta terceira parte que abarca as duas últimas imagens, observa-se como há presença de elementos como arma, e a imagem feminina não é essencialmente atrelada a uma visão maternalista, passando a caracterizar a mulher para além de coadjuvante, também uma agente política dentro do modo organizacional e militarizado do CNA e do MK. Além disso, as condições de emergência do contexto de produção destes cartazes datam do contexto pós-1975, onde observa-se um vácuo de poder no partido diante das prisões e exilamentos dos principais articuladores dos movimentos sociais.

Dessa forma, analisa-se a violência como um dos elementos que condicionou não só os MLN, mas também a emancipação e inserção da agenda de gênero na política interna da África do Sul e também serviu de inspiração para outros movimentos, sendo assim de caráter transnacional. Além disso, observa-se como os cartazes figuram como um produto de fenômenos dos acontecimentos anteriores a anseios emancipatórios, congregando, assim, elementos que inter relacionam como a emancipação pode ser propiciada por meio de um processo violento, diante da violência mais que sangrenta e opressora do Apartheid. Acontecimentos, estes, que ainda são sentidos na pele do povo sul-africano e que influenciam perpetuamente as dinâmicas de poder, sobrevivência e de revolução neste excepcional caso.

4.4. SÍNTESE DO CAPÍTULO

Neste capítulo aplica-se a análise entre violência e a relação de emancipação diante da atuação das mulheres nos MLN e mais especificamente na base da concepção dos movimentos organizados de mulheres dentro do CNA e de seu braço armado MK. A partir da análise geracional os movimentos de mulheres e suas lutas. Divide-se em duas gerações principais, com base em estudos posteriores: a primeira mais ligada a uma articulação e militância maternalista que lutou pela

conquista do espaço e de demandas que perpassam a educação e o direitos dos suas/seus filhas(os), como as mães da nação sul-africana. Já a segunda foi responsável por ser aquela que agiu nos ambientes que foram conquistados na primeira geração, trazendo mais do que reivindicações maternalistas, mas também dos direitos das mulheres ao trabalho, da independência à representação em espaços públicos, abrindo a perspectiva do público e do privado. É interessante pontuar que os conceitos ocidentais de gênero e de mulher foram amplamente negados por não contemplarem o contexto africano e serem uma leitura colonial, porém se fizeram parte e transformação com as teóricas e ativistas. Deve-se considerar que existe uma complexidade contextual que se fez presente no trabalho no intuito de tentar explicar a complexidade da própria sociedade africana, suas divisões de poder e suas intersecções com gênero, raça e classe (AMADIUME, 1997; APUSIGAH, 2006; GOREDEMA, 2010; OYEWÙMÍ, 2003).

Isso demarca um movimento de abertura e aprofundamento dos feminismos africanos passando de fases de arqueologia, para resistências anti-coloniais até a constituição de feminismos africanos que transcendem o continente (LENINE, 2023).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A abordagem pós-colonial de poder, para além de conceber este como uma perspectiva geopolítica, apresenta uma compreensão relacional do poder, na qual padrões se conectam por meio de elementos historicamente diversos e específicos. Além disso, essa abordagem incorpora perspectivas feministas na tentativa de entender um processo no qual mulheres, junto aos elementos de raça e classe, emergem como agentes políticas, desafiando os papéis sociais pré definidos, mas são obstaculizadas pela violência de movimentos sociais organizados.

Duas características fundamentais permitiram a este estudo integrar diferentes perspectivas das Relações Internacionais, adotando uma abordagem interdisciplinar para a análise empírica da realidade social: sua orientação epistemológica e suas opções metodológicas. A partir de uma perspectiva reflexivista, as relações sociais são compreendidas como intersubjetivas, e as Relações Internacionais são consideradas como uma entre várias estruturas sociais. Em termos metodológicos, a Análise Crítica de Discurso possibilita a identificação de dinâmicas de poder, notadamente de gênero e colonialidade, presentes nos discursos baseados nas propagandas dos Movimentos de Libertação Nacional (MLN).

O objetivo geral deste trabalho foi analisar como, por quem e para quem o processo violento foi instaurado e como as mulheres figuram em movimentos sociais organizados, em especial destacando o caso da África do Sul e do Congresso Nacional Africano (CNA). Aqui cabe a análise do cerne da questão, observando como a violência, empregada no seu braço armado Umkhonto we Sizwe (MK), faz parte das dinâmicas internas e das interações estatais que moldam as discussões securitárias da região. De maneira específica, o primeiro capítulo teórico tem como objetivo situar como o debate dos Estudos de Segurança Internacional (ESI) se desenvolveu e ampliou o seu escopo de análise para além de uma perspectiva estatal, mesclando, assim, uma abordagem feminista pós-colonial, admitindo as limitações e as vantagens de seu aporte teórico dentro das Relações Internacionais. Quanto à abordagem de emancipação, buscou-se observar como a mesma faz parte de dinâmicas do Sul Global não se igualando ao conceito de

segurança, mas podendo ser um dos meios pelo qual se alcança uma maior segurança dentro dos Estados. Isto porque a independência dos Estados africanos não garante por si só a ampla resolução de conflitos e de problemas sócio-econômicos da África do Sul.

O caso sul-africano aqui, foi uma opção metodológica excepcional que constitui parte importante da análise. Isto porque a África do Sul foi um dos únicos países que teve sua independência em meio a uma conjuntura segregacionista do Apartheid, relacionando assim elementos raciais de subordinação ativos na luta. Além disso, as mulheres entram aqui como parte da tríade, inserindo o recorte analítico e político do conceito de gênero na análise. Formando assim uma unidade indissociável que permite que análise seja bem fundamentada dentro da Teoria Feminista Pós-Colonial (TFPC). Propondo, assim, uma reconstrução do conceito de identidade (s) dentro do MLN por meio de uma 'interseccionalidade política e social', com diferentes reivindicações e demandas dentro de uma estrutura social plural. Sendo assim, a abordagem interseccional ultrapassa a mera identificação da diversidade dos sistemas de opressão e violência associados a essas categorias, postulando, em vez disso, a interação delas na geração e na perpetuação das desigualdades sociais.

Pode-se observar através do estudo do contexto da África Austral e especificamente da África do Sul e da análise dos cartazes do CNA que a capacidade de agência diante da emancipação da violência estrutural por meio do uso tanto de violência direta, como simbólica, quanto estrutural foi imprescindível para a articulação das massas. Tendo como base um ativismo pacífico de base articuladora. Já nos cartazes do MK, pode-se observar a presença de armamentos e referência à violência direta como forma de emancipação. Porém, conclui-se que, diante da Análise de Discurso executada as representações postulam uma ótica elitista da sociedade sul-africana do contexto dos movimentos de libertação, isto porque muitas das ideias de igualdade advêm de uma concepção ocidentalizada do movimento, a qual parte de preceitos que não são realidades africanas como um todo, mas sim das elites das grandes cidades. Escapam-se disso, a realidade rural e campesina que luta pelo direito à educação e contra a violência doméstica, por exemplo. Além disso, pontua-se a falta de homogeneidade do CNA e como um dos

braços atuantes por vias revolucionárias foi o Partido Comunista Sul-Africano, retomando e ampliando os debates feitos por Lênin, Engels e Marx. Isto porque, o CNA provém de uma influência localizada em regiões mais “nobres” da África do Sul. Assim, admite-se que este não é o retrato da maioria da população.

Inspiradas por sua atuação durante o período de resistência antiapartheid, as mulheres insurgentes desempenharam um papel crucial na fase de transição para a democracia, lutando diante da superação dos diversos níveis de opressão, ressignificando o conceito de emancipação e ampliando o debate para próximas pesquisas. O protagonismo feminino assegurou uma representação significativa no Parlamento, influenciando tanto a redação da nova Constituição quanto o estabelecimento de estruturas estatais destinadas a promover a igualdade de gênero. Apesar dessas conquistas, a plena equidade ainda não foi alcançada, especialmente para a maioria das mulheres sul-africanas, notadamente as não-brancas, que continuam situadas na base da pirâmide social, cultural e econômica. Embora o sistema político-normativo do país tenha se tornado uma referência global graças às lutas das mulheres, os desafios remanescentes evidenciam os obstáculos persistentes herdados do legado do apartheid.

Portanto, a relação emancipatória do uso da violência pode ser observada nos movimentos sociais organizados que compõem e articulam os MLN africanos a partir da Análise de Discurso de cartazes. Isto porque existe uma ideia de emancipação, contudo acredita-se que uma perspectiva ligada aos conceitos mais específicos de sobrevivência e revolução seja mais adequada gozando de um amplo diálogo com autores terceiro-mundistas. Além disso, a abordagem da emancipação, embora seja um conceito relevante, muitas vezes revela-se superficial quando aplicada à análise da violência em países africanos, como na África do Sul. A complexidade das dinâmicas sociais, históricas e políticas nessa região exige uma compreensão mais aprofundada. A introdução de conceitos mais específicos, como sobrevivência e revolução, permite uma análise mais precisa das condições socioeconômicas, das lutas históricas e das tensões políticas que permeiam essas nações, os indivíduos e mais especificamente as mulheres em sua heterogeneidade. Ao direcionar o foco para tais conceitos, abre-se um vasto campo de pesquisa posterior, explorando as diversas facetas das experiências africanas, e

possibilitando uma compreensão mais holística das capacidades dos sistemas políticos em vigor tanto no país quanto na região em questão.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFRICAN NATIONAL CONGRESS. **ANC History**. ANC 1912, 2023. Disponível em: <<https://www.anc1912.org.za/history/>>. Acesso em: 20 de out. 2023.

ALEXANDER, Jocelyn; MCGREGOR, JoAnn; TENDI, Blessing-Miles (eds.) **Transnational Histories of Southern Africa's Liberation Movements**. Routledge, 2020.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

ARMSTRONG, M. **Healthcare in Exile: ANC Health Policy and Health Care provision in MK Camps, 1964 to 1989**. South African Historical Journal, 6, pp. 270–90, 2014.

ARNOLD, Guy. **The A to Z of Civil Wars in Africa**. Scarecrow Press, 2008.

Arquivo Histórico da África do Sul. Disponível em: https://www.saha.org.za/women/the_winds_of_change_africa_gains_independence.htm. Acesso em 10 de outubro de 2023.

Arquivo Histórico da África do Sul. Disponível em: https://www.saha.org.za/women/women_tell_the_south_african_story.htm. Acesso em 10 de outubro de 2023.

Arquivo Histórico da África do Sul. Disponível em: https://www.saha.org.za/women/the_anc_womens_league.htm. Acesso em 10 de outubro de 2023.

BALLESTRIN, Luciana. **O Giro Decolonial e a América Latina**. In: 36º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. Anais. Águas de Lindóia, 2012.

BASU, Amrita. **The Challenge of Local Feminisms: Women's Movements in Global Perspective**. Boulder, Colo.: Westview, 1995.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: a experiência vivida**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960b.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: fatos e mitos**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960a.

BENJAMIN, Walter. **Documentos de cultura, documentos de barbárie: escritos escolhidos**. Seleção e apresentação de Willi Bolle; tradução de Celeste H. M. Ribeiro de Sousa et al. Cultrix; Editora da Universidade de São Paulo, 1986.

- BENOT, Yves. **Ideologias das independências Africanas**. Lisboa: Sá da Costa, 1981.
- BEREKETEAB, R. (Ed.). National Liberation Movements as Government in Africa
1st BERNSTEIN, Hilda. **The Real Challenge of Feminism**. The African Communist: Journal of the South African Communist Party 122, no. 2:96–100, 1990.
- BERGER, Iris. **Sources of Class Consciousness**: South African Women in Recent Labor Struggles. International Journal of African Historical Studies 16, no. 1:49–66, 1983.
- BLUME, Thomas W. **Social Perspectives on Violence**. Volume 02, Issue 1, pp. 9-23, 1996.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola & PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. UnB, Brasília, 1983.
- BOOTH, Ken. **Security and Emancipation**. Review of International Studies 17:4, 319, 1991.
- BOULDING, Elise. **Focus on**: The gender gap. Journal of Peace Research, v. 21, n. 1, p. 1-3, 1984.
- BUZAN, B., WAEVER, O. **Regions and Power**. The Structure of International Security. Cambridge University Press, 2003.
- BUZAN, B., WAEVER, O. & WILDE, J. **Security**: A New Framework for Analysis. United Kingdom: Lynne Rienner Roland Publishers, 1998.
- BUZAN, B., WAEVER, O. **Macrosecuritization and security constellations**: reconsidering scale in securitization theory. Review of international studies, 35 (2). pp. 253-276, 2009.
- BUZAN, Barry; HANSEN, Lene. **The Evolution of International Security Studies**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
- CAHEN, Michel. **Luta de emancipação anti-colonial ou movimento de libertação nacional?** Processo histórico e discurso ideológico – o caso das colônias portuguesas e de Moçambique, em particular. Africana Studia VIII, dossier “Os Estados Lusófonos em África – 1975-2005”: p. 39-67: 2005.
- CARR, Edward Hallett. **Vinte Anos de Crise**: 1919 – 1939. Brasília, Editora. Universidade de Brasília, 2001.

- CASTELLANO, Igor da Silva. **O Modo Africano de Fazer a Guerra: A Guerra Proxy Irregular Regionalizada**. DADOS, Rio de Janeiro, vol.65 (3), 2022.
- COCK, Jacklyn. **Colonels and Cadres: War and Gender in South Africa**. Cape Town: Oxford University Press, 1991.
- COLLINS, P. H.; BILGE, S. **Intersectionality**. 1. ed. Cambridge: Polity Press, v. 1, 2016.
- CRENSHAW, K. **Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics**. University of Chicago Legal Forum, v. 1989, p. 139, 1989. ed.). Routledge, 2020.
- ELSHTAIN, Jean B. **Public Man, Private Woman: Women in Social and Political Thought**. Princeton: Princeton University Press, 1981.
- Enciclopédia Britânica. **Mapa da Primeira Viagem de Vasco da Gama**, 2003. Disponível em: <https://kids.britannica.com/students/assembly/view/149880>
- ENLOE, Cynthia. **Bananas, Beaches and Bases: Making Feminist Sense of International Politics**. Berkeley: University of California Press, 1989.
- EVANS, MJ. **Speeches that Shaped South Africa: From Malan to Malema**. Johannesburg: Penguin Random House, 2017.
- FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis, Vozes, 1987.
- GALTUNG, Johan. **Violence, Peace, and Peace Research**. Journal of Peace Research, v. 6, n. 3, 1969.
- GONZALEZ, Lélia. **A importância da organização da mulher negra no processo de transformação social**. Raça e Classe, Brasília, ano 2, n. 5, p. 2, nov./dez. 1988.
- HANSEN, Lene. **The Little Mermaid's silent security dilemma and the absence of gender in the Copenhagen School**. Millennium, v. 29, n. 2, p. 285-306, 2000.
- HASSIM, S. **Nationalism, Feminism and Autonomy: The ANC in Exile and the Question of Women**. Journal of Southern African Studies, 30, pp. 433–55, 2004.
- KILBY, Jane; RAY, Larry. **Violence and Society: Toward a New Sociology Introduction**. The Sociological Review, 62:S2, pp. 1–12, 2014.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação**: Episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

KIMBLE, Judy; UNTERHALTER, Elaine. **'We Opened the Road for You, You Must Go Forward': ANC Women's Struggles**. 1912-1982, *Feminist Review*, vol. 12, nº 1, nov.1982.

KNUDSEN, Olay. **Post-Copenhagen Security Studies**. Desecuritizing the securitization, *Security Dialogues*, 32(3), pp. 355-358, 2003.

KRAUSE, K.; WILLIAMS, M. **Critical Security Studies**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997.

KRAUSE, Keith. **Critical Theory and Security Studies**: The Research Programme of 'Critical Security Studies'. *Cooperation and Conflict*, 33(3), 298–333, 1998.

KRUG, Etienne G. et al (Orgs.). **World Report on Violence and Health**. Geneva: World Health Organization, 2002.

LIGUORI, Guido. Tres acepciones de “subalterno” en gramsci. In: **Horizontes gramscianos**: Estudios en torno al pensamiento de Antonio Gramsci. Massimo modonesi (Org.) Facultad de Ciencias Políticas y Sociales, UNAM. 2013. Disponível em:

<<https://massimomodonesi.files.wordpress.com/2014/04/modonesi-horizontes-gramscianos.pdf>>. Acesso em: 13 ago. 2023.

LÊNIN, V. I. **Sobre a emancipação da mulher**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

LODGE, Tom. **Black Politics in South Africa since 1945**. New York: Longman, 1983.

LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma ou revolução?** Tradução de Livio Xavier, 3.ed., São Paulo: Expressão Popular, 2015 [1900].

MACIEL, Beatriz Castelo Branco. **Ensaio sobre a colonialidade através da história da república democrática do Congo**: da necropolítica à transmodernidade. *Revista Ensaio*, vol. 14, jan-jun de 2019.

MARX, ENGELS e LÊNIN. **Sobre a Mulher**. São Paulo: Global, 1980.

MOHANTY, Chandra Talpade. **Sob os Olhos Ocidentais**. Tradução: Ana Bernstein. Copenhagen/Rio de Janeiro: Zazie Edições, 2020.

MOHANTY, Chandra Talpade. **Under Western Eyes**: feminist scholarship and colonial discourses. *Boundary 2*, V. 12, No. 3, p. 333 – 358. Spring - Autumn, 1984.

MORROW, S.; MAABA, B.; PULUMANI, L. **Education in Exile: SOMAFCO, the ANC School in Tanzania, 1978–1992.** Cape Town, HSRC Press, 2004.

NIETZSCHE, Friedrich. **A genealogia da moral.** Tradução de Antonio Carlos Braga. Editora Nova Escala, São Paulo, 2005.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. **The Invention of Women: Making an African Sense of Western Gender Discourses.** Minneapolis, University of Minnesota Press, 1997.

PATEMAN, Carole. **O contrato Sexual (1988).** Tradução de Marta Avancini. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

PEOPLES, Columba; VAUGHAN-WILLIAMS, Nick. **Critical security studies: An introduction.** Routledge, 2010.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina.** In: Lander, Edgardo (org). *Colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais.* Buenos Aires: CLACSO, 2005.

ROQUE, Sílvia. **Pós-guerra? Percursos de violência nas margens das Relações Internacionais.** Coimbra: Almedina, 2016.

RUDDICK, Sara. **Maternal Thinking: Toward a Politics of Peace.** Boston: Beacon Press, 1989.

RUDZIT, G. **O debate teórico em segurança internacional.** Civitas, 5(2), pp.297-323, 2005.

RUSSELL, Diane. **Lives of Courage: Women for a New South Africa.** Oakland: Basic Books, 1989.

SANDWELL, R. **Love I Cannot Begin to Explain: The Politics of Reproduction in the ANC in Exile, 1976–1990.** Journal of Southern African Studies, 41, pp. 63–81, 2015.

SEIDMAN, Gay W. **‘No Freedom without the Women’: Mobilization and Gender in South Africa, 1970–1991.** Signs 18:291–320, 1993.

Selected Documents of the Bandung Conference. New York: Institute of Pacific Relations, 1995.

SIDERIS, Tina. **Problems of Identity, Solidarity, and Reconciliation.** In *The Aftermath: Women in Post-Conflict Transformation*, ed. Sheila Meintjes, Anu Pillay, and Meredith Turshen, 46–62. New York: Zed Books, 2001.

- SJOBERG, Laura. **Introduction to Security Studies: Feminist Contributions**. *Security Studies*, 18:2, 183-213, 2009.
- SOUZA, Marina de Mello e. **África e Brasil africano**. Ed. Ática, 3ª edição, 2013.
- SPIVAK, Gayatri. **Can the subaltern speak?**. Harvard University Press, 1999.
- SURIANO, M., LISSONI, A. **Married to the ANC: Tanzanian Women's Entanglement in South Africa's Liberation Struggle**. *Journal of Southern African Studies*, 40, pp. 129–50, 2014.
- SUSEN, S. **Emancipation**. In: Gibbons, M. T., Coole, D., Ellis, E. & Ferguson, K. (Eds.), *The Encyclopedia of Political Thought*. (pp. 1024-1038). Chichester, UK: Wiley Blackwell, 2015.
- TICKNER, Ann J. **Gender in International Relations: Feminist Perspectives on Achieving Global Security**. New York: Columbia University Press, 1992.
- Trading Economics. **África do Sul - PIB | 1960-2022**. Disponível em: <https://pt.tradingeconomics.com/south-africa/gdp>.
- TRIPP, Aili Mari. **Rethinking Difference: Comparative Perspectives from Africa**. *Signs* 25, no. 3:649–75, 2000.
- TSAMPIRAS, C. **Sex in a Time of Exile: An Examination of Sexual Health, AIDS, Gender and the ANC, 1980–1990**. *South African Historical Journal*, 64, pp. 637–63, 2012.
- VISENTINI, Paulo Fagundes, PEREIRA, Analúcia Danilevics, RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira. **História da África e dos africanos**. 3ª edição, editora Vozes, 2014.
- VISENTINI, Paulo Fagundes. **A África moderna: um continente em mudança (1660-2010)**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2010.
- VISENTINI, Paulo Fagundes. **Revoluções Africanas: Angola, Etiópia e Moçambique**. São Paulo: Ed. UNESP, 2012.
- WALTZ, Kenneth N. **Theory of international politics**. New York: McGraw-Hill, 1979.
- WEBER, Max. **Politics as a Vocation**. In: OWEN, David; STRONG, Tracy B. (Orgs.). *The Vocation Lectures*. Trad. Rodney Livingstone. Indianapolis, IN: Hackett Publishing Company, 2004, p. 32–94.
- WHITWORTH, Sandra. **Feminist perspectives**. In: WILLIAMS, Paul [ed.]. *Security Studies: an introduction*. New York: Routledge, 2008.
- ZIZEK, S. **Violência: Seis Reflexões Laterais**. São Paulo: Boitempo, 2014.

